GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE CEILÂNDIA

# Projeto Político-Pedagógico
# Centro de Ensino Fundamental
# Professora Maria do Rosário Gondim da Silva

2018-2021

*Sem a educação das sensibilidades todas as habilidades são tolas e sem sentido.*

*Rubem Alves*

## Sumário

1 Identificação.....05
2 Apresentação.....06
3 Breve Histórico e Diagnóstico da Instituição..... 08
4 Função Social da Escola..... 15
5 Missão.....20
6 Objetivos.....21
6.1 Objetivo Geral.....21
6.2 Objetivos Específicos.....21
7 Fundamentação e Concepções Teóricas..... 23
7.1 Fundamentos Ético-Pedagógicos.....23
7.2 Fundamentos Epistemológicos.....29
7.3 Fundamentos Didático-Pedagógicos.....32
8 Organização do Trabalho Pedagógico e Administrativo da Escola..... 35
8.1 Equipe de Professoras e Professores..... 35
8.2 Coordenação Pedagógica..... 36
a) Coordenação Individual.....36
b) Coordenação por Disciplina e por Ano..... 36
c) Coordenação Coletiva..... 36
d) Reforço Escolar..... 36
8.3 Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem - EEAA..... 38
8.4 Serviço de Orientação Educacional - SOE.....38
8.5 Sala de Recursos.....39
8.6 Administração..... 40
8.7 Conservação e Limpeza, Cocção, Vigilância e Portaria.....41
a) Conservação e Limpeza.....42
b) Cocção.....42
c) Vigilância.....42
d) Portaria..... 42
8.8 Serviços de Apoio e Monitoria..... 42
8.9 Relação com a Comunidade..... 42

8.10 Biblioteca Paulo Freire....43
8.11 Laboratório de Informática.... 44
8.12 Sala de Multimídia.... 44
8.13 Regimento Interno.... 45
8.13.01 Horários.... 45
8.13.02 Entrada e saída de alunas e alunos.... 46
8.13.03 Assiduidade.... 46
8.13.04 Atendimento às mães, aos pais e responsáveis.... 47
8.13.05 Uso do telefone....47
8.13.06 Material escolar....48
8.13.07 Endereços e telefones para contato.... 48
8.13.08 São direitos da aluna e do aluno.... 49
8.13.09 São deveres da aluna e do aluno.... 50
8.13.10 É vedado às alunas e aos alunos.... 50
8.13.11 Regime disciplinar.... 50
8.13.12 Uniforme.... 52
8.13.13 Administração de medicamentos às alunas e aos alunos.... 53
9 Concepções, Práticas e Estratégias de Avaliação.... 55
9.1 Provas....58
9.2 Dever de Casa....60
9.3 Recuperação....61
9.4 Reforço Escolar.... 63
9.5 Conselho de Classe....64
9.6 Avaliação Institucional.... 65
10 Organização Curricular.... 67
11 Acompanhamento e Avaliação do Projeto Político-Pedagógico.... 69
12 Considerações Finais.... 70
13 Referências Bibliográficas.... 71
Apêndices.... 73

## 1 Identificação

| | |
|---|---|
| **Nome da Instituição Educacional** | Centro de Ensino Fundamental Professora |

| | |
|---|---|
| | Maria do Rosário Gondim da Silva - CEF PMRGS |
| **Endereço** | EQNN 21/23, Área Especial, CEP: 72.225-215, Ceilândia-DF |
| **Telefone / E-mail** | (61) 39016813 |
| **Localização** | Zona Urbana |
| **Órgão Responsável** | Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEE/DF<br>Coordenação Regional de Ensino de Ceilândia – CREC |
| **Data da Fundação da Escola** | 22 de julho de 1975 |
| **Autorização/Reconhecimento** | 30322 |
| **Turnos de Funcionamento** | **Matutino:** 07h15 às 12h15<br>**Vespertino:** 13h às 18h |
| **Nível de Ensino Ofertado** | Educação Básica |
| **Modalidades de Ensino** | Ensino Fundamental – 2º ao 7º ano |
| **Equipe Gestora** | **Diretor -** James Mayner Silva<br>**Vice-diretor –** Kátia Cilene Ziegenrucker da Silva<br>**Supervisora Pedagógica –** Joelma Alves de Amorim Duarte Mateus<br>**Supervisora Administrativa -** Elizabete Carvalho de Sousa<br>**Chefe de Secretaria -** Israel Pereira de Brito |
| **Equipe de Coordenação** | SILÉSIO CAETANO DE ALMEIDA – Anos Iniciais<br>SANDRA MARIA ALVES DE OLIVEIRA – Anos Finais<br>Uyrah Silva Ramos – Anos Finais |

## 2 Apresentação

O Centro de Ensino Fundamental Professora Maria do Rosário Gondim da Silva - CEF PMRGS, ciente dos novos rumos que direcionam a educação pública do

Distrito Federal, bem como das demandas socioeducacionais a ela relacionadas, toma para si a necessidade de ter como base pedagógica uma educação integral voltada para a promoção dos direitos humanos, para a valorização das aprendizagens, da diversidade, da cidadania e da sustentabilidade humana, em conformidade com os princípios e fundamentos expressos no Projeto Político-Pedagógico Professor Carlos Mota, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEE/DF.

Há em nossa escola uma prática didático-pedagógica voltada para o cumprimento de conteúdos curriculares. Contudo, tem-se observado que existem vários fatores adversos para que o ensino de tais conteúdos chegue às nossas estudantes e aos nossos estudantes. Existe um considerável desinteresse pelas aulas e pela escola; as jovens e os jovens cultivam entre si sentimentos de intolerância, arrogância e falta de caridade para com as (os) demais; atitudes de violência verbal e física são evidentes no dia a dia escolar; e é notável também a falta de cuidado das estudantes e dos estudantes com seus próprios corpos, roupas, com seus materiais escolares e com o próprio ambiente escolar.

A escola tem concentrado seus esforços no desenvolvimento de atividades que procurem sanar esses problemas. Entretanto, não tem sido o bastante para que tenhamos a escola que queremos: uma escola em que haja o desenvolvimento integral das nossas estudantes e dos nossos estudantes. Considerando essa realidade, o CEF PMRGS lançou mão dos fundamentos e princípios expressos no Projeto Político-Pedagógico Carlos Mota para direcionar as discussões que resultaram na construção do Projeto Político-Pedagógico da instituição. A partir deste, foi desenvolvido um plano de ação que visa o enfrentamento dos desafios percebidos na realidade em que se insere a instituição.

O Projeto Político-Pedagógico é parte fundamental da organização e do norteamento do trabalho da instituição educacional. Visa, por meio de um processo coletivo e participativo, revelar os conflitos oriundos da realidade local e propor sua superação por meio de ações educativas e administrativas. Revela os valores e princípios que identificam a instituição e explicita seus objetivos, propósitos e metas, enquanto instituição educacional. O planejamento é imprescindível à eficácia das ações escolares durante o ano letivo. A propósito, na antiguidade o filósofo Sêneca já preconizava: "não há ventos favoráveis para quem não sabe para onde navega".

Ciente da importância desse planejamento reflexivo, a comunidade escolar do CEF PMRGS (equipe gestora, corpo docente, corpo discente, equipe de apoio à aprendizagem, servidoras e servidores, mães e pais) construiu esta proposta pedagógica de natureza inacabada, pautada nas especificidades da instituição articulada aos fins e princípios que norteiam sua filosofia no que diz respeito à compreensão da vida social em suas diferentes dimensões.

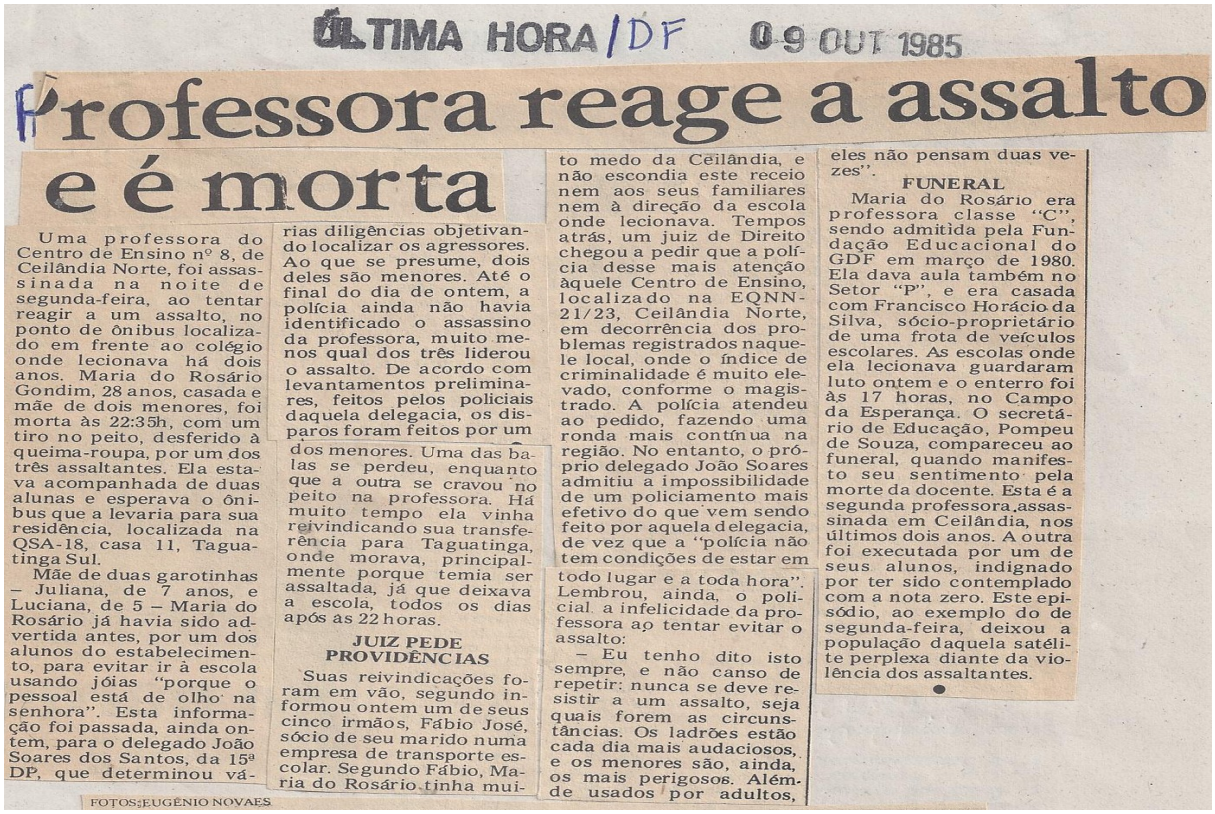
Acreditamos que as transformações sociais, políticas e econômicas que vêm ocorrendo de forma acelerada em nossa sociedade requerem a formação de cidadãs preparadas e cidadãos preparados para enfrentarem a complexidade do mundo contemporâneo. Assim sendo, compete à escola acompanhar o desenvolvimento social e se adequar às suas exigências, exercendo sua função de agente de transformação social.

O sucesso de nosso empreendimento está diretamente relacionado ao acompanhamento sistemático das propostas didáticas e administrativas, bem como à intervenção para corrigir distorções e rever ações que não forem capazes de promover avanços significativos. As intervenções estão centradas na criação de situações de aprendizagens coerentes com as concepções de interação das alunas e dos alunos entre si, entre outras e outros, e entre o meio, com a mediação dos conhecimentos pelas e pelos profissionais de educação. A avaliação permanente das ações e conquistas será prioridade, e seu maior indicador será a estrutura da convivência percebida na escola e os ganhos pedagógicos.

## 3 Breve Histórico e Diagnóstico da Instituição

A escola foi fundada em 22 de julho de 1975, recebendo o nome de Centro de Ensino Nº. 08, reconhecido oficialmente sob a Autorização Nº. 30322. Localiza-se em área urbana, à EQNN 21/23, Área Especial, Ceilândia Oeste - Ceilândia-DF.

No dia 07 de outubro de 1985 a professora Maria do Rosário Gondim da Silva, de 28 anos e três meses de vida, que lecionava à noite, ao sair da escola foi assassinada na parada de ônibus com um tiro de arma calibre 22, que lhe atingiu a veia pulmonar e causou sua morte instantânea.



ÚLTIMA HORA/DF 09 OUT 1985

# Professora reage a assalto e é morta

Uma professora do Centro de Ensino nº 8, de Ceilândia Norte, foi assassinada na noite de segunda-feira, ao tentar reagir a um assalto, no ponto de ônibus localizado em frente ao colégio onde lecionava há dois anos. Maria do Rosário Gondim, 28 anos, casada e mãe de dois menores, foi morta às 22:35h, com um tiro no peito, desferido à queima-roupa, por um dos três assaltantes. Ela estava acompanhada de duas alunas e esperava o ônibus que a levaria para sua residência, localizada na QSA-18, casa 11, Taguatinga Sul.

Mãe de duas garotinhas – Juliana, de 7 anos, e Luciana, de 5 – Maria do Rosário já havia sido advertida antes, por um dos alunos do estabelecimento, para evitar ir à escola usando jóias "porque o pessoal está de olho na senhora". Esta informação foi passada, ainda ontem, para o delegado João Soares dos Santos, da 15ª DP, que determinou várias diligências objetivando localizar os agressores. Ao que se presume, dois deles são menores. Até o final do dia de ontem, a polícia ainda não havia identificado o assassino da professora, muito menos qual dos três liderou o assalto. De acordo com levantamentos preliminares, feitos pelos policiais daquela delegacia, os disparos foram feitos por um dos menores. Uma das balas se perdeu, enquanto que a outra se cravou no peito na professora. Há muito tempo ela vinha reivindicando sua transferência para Taguatinga, onde morava, principalmente porque temia ser assaltada, já que deixava a escola, todos os dias após as 22 horas.

**JUIZ PEDE PROVIDÊNCIAS**

Suas reivindicações foram em vão, segundo informou ontem um de seus cinco irmãos, Fábio José, sócio de seu marido numa empresa de transporte escolar. Segundo Fábio, Maria do Rosário tinha muito medo da Ceilândia, e não escondia este receio nem aos seus familiares nem à direção da escola onde lecionava. Tempos atrás, um juiz de Direito chegou a pedir que a polícia desse mais atenção àquele Centro de Ensino, localizado na EQNN-21/23, Ceilândia Norte, em decorrência dos problemas registrados naquele local, onde o índice de criminalidade é muito elevado, conforme o magistrado. A polícia atendeu ao pedido, fazendo uma ronda mais contínua na região. No entanto, o próprio delegado João Soares admitiu a impossibilidade de um policiamento mais efetivo do que vem sendo feito por aquela delegacia, de vez que a "polícia não tem condições de estar em todo lugar e a toda hora". Lembrou, ainda, o policial a infelicidade da professora ao tentar evitar o assalto:

– Eu tenho dito isto sempre, e não canso de repetir: nunca se deve resistir a um assalto, seja quais forem as circunstâncias. Os ladrões estão cada dia mais audaciosos, e os menores são, ainda, os mais perigosos. Além de usados por adultos, eles não pensam duas vezes".

**FUNERAL**

Maria do Rosário era professora classe "C", sendo admitida pela Fundação Educacional do GDF em março de 1980. Ela dava aula também no Setor "P", e era casada com Francisco Horácio da Silva, sócio-proprietário de uma frota de veículos escolares. As escolas onde ela lecionava guardaram luto ontem e o enterro foi às 17 horas, no Campo da Esperança. O secretário de Educação, Pompeu de Souza, compareceu ao funeral, quando manifestou seu sentimento pela morte da docente. Esta é a segunda professora assassinada em Ceilândia, nos últimos dois anos. A outra foi executada por um de seus alunos, indignado por ter sido contemplado com a nota zero. Este episódio, ao exemplo do de segunda-feira, deixou a população daquela satélite perplexa diante da violência dos assaltantes.

FOTOS: EUGÊNIO NOVAES

A professora aguardava condução na parada da EQNN 21/23 em companhia de duas alunas: Sônia Nascimento Santana e Joana D'Arc de Jesus, quando foi abordada por dois menores e um maior, que tentaram roubar o walkman portado pela professora. Ao tentar reaver o aparelho, a professora puxou a camisa de um dos assaltantes, que acionou o gatilho da arma cujo tiro atingiu-lhe o peito.

O jornal Correio Brasiliense, de 09 de outubro de 1985, relata que na mesma noite do crime o secretário de educação do Distrito Federal Pompeu de Souza baixou uma portaria decretando luto oficial por três dias, recomendando que as professoras e os professores de cursos a partir da então 5ª série do Ensino Fundamental fizessem exposições sobre as causas da violência urbana e também sobre a necessidade de uma política social mais justa como forma de atenuar esse problema. Nessa portaria, o Centro de Ensino Nº. 08, onde estava lotada a professora, passou a ser denominado "Centro Escolar Professora Maria do Rosário Gondim da Silva, trabalhadora mártir da educação no DF".

Assalto ocorreu no ponto de ônibus

Colégio de luto com a morte da professora

Rosário, mãe de duas crianças

Atualmente atende a cerca de 847 estudantes da Educação Básica, nos turnos matutino e vespertino, distribuídas e distribuídos entre os Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental (6º e 7º anos). Embora a comunidade local ainda enfrente vários problemas relacionados à falta de segurança e à criminalidade, pode-se perceber, ao traçar um comparativo histórico, que a convivência escolar tem alcançado avanços por meio de projetos de intervenção eficazes.

As alunas e os alunos atendidas (os) pelo CEF PMRGS são oriundas e oriundos dos bairros Ceilândia Oeste, QNQ, QNR, Sol Nascente, Setor de Chácaras, dentre outros bairros e da cidade de Águas Lindas - GO. Algumas alunas e alguns alunos que residem em setores distantes são beneficiadas e beneficiados pelo Programa de Transporte Cedido da SEE/DF ou pelo Programa Passe Livre do GDF.

As condições socioeconômicas de muitas famílias são precárias, observado o alto índice de estudantes que recebem incentivo financeiro do Governo. Esse fato influencia diretamente na aquisição de materiais escolares e investimento em atividades extraclasse necessárias ao bom desempenho escolar. O nível escolar de muitas famílias é relativamente baixo, o que se pode constatar no pouco acompanhamento escolar das alunas e dos alunos, bem como nas próprias concepções do retorno da educação para a transformação de vida.

Entretanto, pode-se contar com o apoio de famílias compromissadas com o bom andamento dos estudos das filhas e dos filhos, que participam ativamente dos eventos escolares e empregam o apoio necessário ao processo pedagógico desenvolvido na instituição. Essa parceria tem incentivado a melhoria na qualidade da relação entre a escola e a família, colaborando para a ampliação da qualidade do processo educativo.

Dentre as limitações da comunidade escolar, é importante destacar:

- Algumas famílias apresentam pouco interesse pelas questões que envolvem o processo educacional de suas filhas e seus filhos;
- Algumas alunas e alguns alunos apresentam-se afetivamente carentes da presença de seus familiares, uma vez que estes se ausentam para o trabalho muito cedo e só retornam à noite;
- Muitas mães, muitos pais e responsáveis não possuem nenhum tipo de contato telefônico, ou não o informam à escola, dificultando a comunicação em casos necessários;
- Alto número de crianças que apresentam dificuldades acentuadas no processo de aquisição da leitura e da escrita, com maior incidência nas turmas do 3º ano;
- Muitas crianças que necessitam ampliar o domínio da competência leitora e escritora, da linguagem matemática e da aprendizagem em geral;
- Falta de consciência ecológica por parte da comunidade escolar, em seus diversos seguimentos, que tem demonstrado resistência à adoção de comportamentos sustentáveis
- Expressivos índices de criminalidade e violência na região se refletem no comportamento de alunas e alunos no ambiente escolar, com demonstrações de intolerância e falta de respeito para com as diferenças.

A instituição possui estrutura de Centro de Ensino Fundamental - CEF, cujo projeto arquitetônico foi planejado para atender a alunas e alunos apenas dos Anos Finais do Ensino Fundamental. No decorrer do tempo, porém, para atender à demanda da comunidade local, a escola passou a atender também a estudantes dos

Anos Iniciais. Esse fator tem gerado dificuldades de ordem operacional nos espaços físicos destinados às atividades lúdicas e recreativas, que vêm sendo gradativamente superadas com as reformas para adequação da estrutura física.

Em relação às políticas educacionais vigentes no Ministério da Educação – MEC e na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF, atualmente a escola é atendida pelas seguintes:

- **Programa de Descentralização Administrativa e Financeira - PDAF -** O PDAF é destinado às Instituições Educacionais e Coordenações Regionais de Ensino da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Visa dar autonomia gerencial para a realização do projeto pedagógico, administrativo e financeiro das Instituições Educacionais e das Coordenações Regionais de Ensino, por meio do recebimento de recursos financeiros do Governo do Distrito Federal. O PDAF tem como objetivo contribuir na realização do projeto pedagógico, administrativo e financeiro das Instituições Educacionais e das Coordenações Regionais de Ensino do DF (SEEDF, 2013).

- **Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE -** Criado em 1995, o PDDE tem por finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da Educação Básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público. O programa engloba várias ações e objetiva a melhora da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica. O recurso é repassado uma vez por ano e seu valor é calculado com base no número de alunas matriculadas e alunos matriculados na escola segundo o Censo Escolar do ano anterior. O dinheiro destina-se à aquisição de material permanente; manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar; aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola; avaliação de aprendizagem; implementação de

projeto pedagógico; e desenvolvimento de atividades educacionais. O PDDE também concorre para a melhoria da gestão nas escolas públicas de educação básica que não tiveram desempenho satisfatório no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB por meio da ação Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE. Os recursos são repassados para as unidades de ensino das redes estaduais e municipais que aderiram ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e planejaram a implementação do PDE. Os recursos do PDE Escola devem ser usados, prioritariamente, em adaptações arquitetônicas e estruturais para assegurar a instalação e operação de laboratórios de informática distribuídos pelo Programa Nacional de Informática na Educação – Proinfo e garantir acessibilidade às alunas e aos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida (SEEDF, 2013).

- **Gestão Democrática -** O processo de Gestão Democrática do Ensino Público do DF está definido na Lei n° 4.751/2012. As bases legais dessa iniciativa têm origem no Artigo 206 da Constituição Federal de 1988, que recomenda a gestão democrática. Além da menção a esse princípio no Artigo 3º, inciso 8 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Segundo o PPP Carlos Mota (2013), o processo de participação de todos os segmentos da comunidade escolar reforça a ideia de que a gestão democrática está para além da eleição de diretora, diretor ou da equipe de gestão, implica na participação da comunidade escolar, na definição e na implementação de decisões pedagógicas, administrativas e financeiras, por meio de órgãos colegiados e na eleição de diretora (o) e vice-diretora (or) da unidade escolar. Em 2016 o CEF PMRGS participou do processo de eleição para escolha dos atuais gestores, seguindo, com transparência, os diversos procedimentos legais definidos pela SEEDF.

- **Programa saúde na escola -** O Programa de Saúde na Escola, estabelecido pelas Secretaria de Estado da Educação e da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, decorrente da Portaria 1.055/2017 propõe várias ações, das quais o CEF PMRGS, em consonância com a Regional de Ceilândia

assegura pactuar em três à saber: Combate ao Mosquito Aedes Aegypt; Verificação e atualização da situação Vacinal; Direito sexual e reprodutivo e prevenção de DST/AIDS; cabendo ainda a negociação com as equipes de saúde locais outras ações de interesse da escola voltadas para a promoção da cultura da paz e direitos humanos.

- **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB -** O IDEB é um indicador criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP para acompanhar a qualidade da Educação Básica pública brasileira. Ele é calculado por meio de uma fórmula matemática que combina o desempenho das alunas e dos alunos em Avaliações Externas Nacionais (SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica, Prova Brasil e Provinha Brasil) com a taxa de aprovação do Censo Escolar. Fornece informações sobre escolas, municípios, estados e Distrito Federal e o Brasil, em três etapas da Educação Básica: Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1° ao 5° ano), Anos Finais do Ensino Fundamental (6° ao 9° ano) e Ensino Médio. A partir do IDEB, o MEC estabeleceu metas que escolas, municípios, estados, Distrito Federal e o Brasil devem atingir a cada dois anos até 2021. O objetivo principal é fazer com que, em 2021, a educação brasileira atinja um nível de qualidade comparável aos países desenvolvidos, calculado em 6 na escala do IDEB (0 a 10). Assim sendo, o indicador pressupõe que as escolas e as Redes Públicas de Ensino realizem um esforço para melhorar seu desempenho no que diz respeito à aprendizagem das alunas e dos alunos e ao fluxo do sistema, tomando como referência as metas pré-estabelecidas (SEEDF, 2013). A tabela a seguir apresenta o histórico de índices do IDEB alcançados pelo CEF PMRGS desde a criação do índice.

| ANO | 2005 | 2007 | 2009 | 2011 | 2013 | 2015 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| METAS | - | 4.4 | 4.7 | 5.1 | 5.4 | 5.7 |
| IDEB OBSERVADO | 4.3 | 4.4 | 4.6 | 5.2 | 5.7 | 5.3 |

FONTE: BRASIL, MEC, INEP. Atualizado em: 05/09/2016. Disponível em: http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=10171336.

## 4 Função Social da Escola

Concebemos o ser humano como um ser multidimensional – biopsicosócio-cultural, cujas dimensões se interagem de forma global, complexa e intersistêmica. Neste sentido amplo e complexo, o ser humano deve ser atendido em toda a sua dimensionalidade para que analise, compreenda e intervenha na realidade. É fundamental que se garanta uma formação integral voltada para o desenvolvimento das capacidades e potencialidades humanas. Entende-se como formação integral o saber essencial, ou a formação que proporciona ao ser humano o saber sentir, saber inovar, saber refletir, saber fazer, saber ser crítico e saber ser ético.

A partir dessa concepção, consideramos a educação um processo para o desenvolvimento integral do ser humano, gerado e instrumentalizado de acordo com as transformações sociais. É base para a aquisição da autonomia, fonte de visão

prospectiva, fator de progresso econômico, político e social. É o elemento de integração e conquista do sentimento e da consciência da cidadania. Sua finalidade é formar cidadãs e cidadãos capazes de analisar, compreender e intervir na realidade, visando ao bem-estar do ser humano no plano pessoal e coletivo. Perpassa o desenvolvimento da criatividade, do espírito crítico, da capacidade de analisar e sintetizar, do autoconhecimento, da socialização, da autonomia e da responsabilidade. Assim sendo, a educação possibilita a formação de homens e mulheres com aptidões e atitudes para se colocarem a serviço do bem comum, para possuírem espírito solidário, sentirem o gosto pelo saber, dispor-se a conhecer-se, a desenvolverem a capacidade afetiva e a possuírem visão inovadora.

A escola é uma instituição social propiciadora do crescimento humano nas relações interpessoais e da apropriação de saberes historicamente acumulados pela humanidade. Aliada a esses saberes, a escola deve possibilitar à aluna e ao aluno a aquisição de uma consciência crítica que lhe permita ampliar sua visão de mundo, conduzindo-a e conduzindo-o à compreensão de seu papel no mundo e sua condição de partícipe na transformação do mundo.

A humanidade enfrenta, hodiernamente, desafios provocados pela complexidade das relações humanas entre seus pares e com o meio ambiente. A era em que vivemos, chamada por Morin (2005, p.65) de "era planetária" se caracteriza pela universalização da comunicação, das relações humanas e das informações, exige das cidadãs e dos cidadãos um pensamento policêntrico capaz de apontar o universalismo não abstrato mas consciente da unidade e da diversidade da condição humana, nutrido das culturas do mundo. Neste sentido, Morin (2005, p.65) preconiza que "educar para este pensamento é a finalidade da educação do futuro, que deve trabalhar na era planetária, para a identidade e a consciência terrenas".

O autor convida-nos à reflexão sobre o fato de que a diáspora da humanidade não produziu nenhuma cisão genética: "pigmeus, negros, amarelos, índios, brancos vêm da mesma espécie, possuem os mesmos caracteres fundamentais de humanidade" (MORIN, 2005, p.65). No entanto, segundo o citado autor, a diáspora da humanidade provocou uma extraordinária diversidade de línguas, culturas, destinos, fontes de inovação e de criação em todos os domínios. Por isso, a riqueza da humanidade reside na sua diversidade criadora, mas a fonte de sua criatividade está em sua unidade geradora.

Ao tempo em que a planetarização dos povos e culturas gera conflitos étnicos, raciais, religiosos, políticos e econômicos, gera também o encolhimento do planeta, no sentido de que: "o mundo torna-se cada vez mais um todo. Cada parte do mundo faz, mais e mais, parte do mundo e o mundo, como um todo, está cada vez mais presente em cada uma de suas partes" (MORIN, 2005, p.67). Isto se verifica não apenas para as nações e povos, mas para os indivíduos. Mas é preciso acrescentar que mundialização é, ao mesmo tempo, unificadora e conflituosa em sua essência. Daí a necessidade de se estabelecer uma ética planetária. Segundo Morin (2005, p.72), a educação, que é ao mesmo tempo transmissão do antigo e abertura da mente para receber o novo, encontra-se no cerne dessa nova missão.

Diante desse quadro, a função social da escola recebe como imperativo o oferecimento de uma educação baseada em quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser. Esse desafio implica, conforme destaca Delors (2004, p.101), conceber a educação como um todo, sem privilegiar o acesso ao conhecimento em detrimento de outras formas de aprendizagem. Daí a importância do foco nos quatro pilares citados, descritos a seguir:

- Aprender a conhecer, combinando uma cultura geral, suficientemente vasta, com a possibilidade de trabalhar em profundidade um pequeno número de matérias. O que também significa: aprender a aprender, para beneficiar-se das oportunidades oferecidas pela educação ao longo de toda a vida.
- Aprender a fazer, a fim de adquirir, não somente uma qualificação profissional, mas de uma maneira mais ampla, competências que tornem a pessoa apta a enfrentar numerosas situações e a trabalhar em equipe. Mas também aprender a fazer, no âmbito das diversas experiências sociais ou de trabalho que se oferecem aos jovens e adolescentes, quer espontaneamente, fruto do contexto local ou nacional, quer formalmente, graças ao desenvolvimento do ensino alternado com o trabalho.
- Aprender a viver juntos desenvolvendo a compreensão do outro e a percepção das interdependências - realizar projetos comuns e preparar-se para gerir conflitos - no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz.
- Aprender a ser, para melhor desenvolver a sua personalidade e estar à altura de agir com cada vez maior capacidade de autonomia, de discernimento e de responsabilidade pessoal. Para isso, não negligenciar na educação nenhuma das

> potencialidades de cada indivíduo: memória, raciocínio, sentido estético, capacidades físicas, aptidão para comunicar-se (DELORS, 2004, p.101-102).

Frente a essas premissas, é imprescindível que as agentes e os agentes educacionais reflitam sobre a Função Social da Escola Pública, posto que "a escola é fruto de uma determinada época, espaço e contexto social que está posto e que a referência", conforme destacam Coelho e Orzechowski (2011, p.16.325). Por isso, de acordo com essas autoras, a função social da escola "não é um resultado ocasional da relação professor aluno, ela é resultado de todo um contexto histórico-social" (idem). A propósito, Guareschi (*apud* COELHO; ORZECHOWSKI 2011, p.16.325) explica:

> Já nas últimas décadas, sobre tudo graças á contribuição das ciências sociais, dá-se maior ênfase à relação de vinculação e dependência da educação frente aos processos sociais, mais amplos. A educação passa a ser abordada e compreendida como um processo social que se insere como parte do processo social global, isto significando que ela não pode ser considerada e compreendida autonomamente, isolada do seu contexto histórico-social.

Por outro lado, segundo as referidas autoras, não se pode negar a especificidade da escola, ou seja, ela é única dentro dessa mesma sociedade, pois ela ao mesmo tempo em que é fruto da sociedade posta, pode ser capaz de questionar e inclusive intervir nessa sociedade já que ela trabalha com a formação das novas gerações. E o ato pedagógico em si, apesar de perpassado por questões de diversas naturezas, no momento em que se processa na relação professora (or) aluna (o) é autônomo, independente e único.

Outro fator que torna a escola única é o seu principal objeto de trabalho: o conhecimento. Não um conhecimento qualquer, mas o conhecimento sistematizado, construído nas relações sociais, mas já reconhecido como formal e essencial, não apenas para a formação da aluna e do aluno, mas para o desenvolvimento da espécie humana (COELHO; ORZECHOWSKI 2011, p.16.325). A despeito das novas funções atribuídas à escola pela sociedade hodierna, ela não pode se furtar à tarefa precípua de socializar criticamente e criativamente o conhecimento sistemático, conforme alerta Santos (*apud* COELHO; ORZECHOWSKI 2011, p.16.325):

> Independente das novas funções sociais que a escola assume, decorrentes da complexidade da sociedade atual, permanece a sua função precípua: socialização do saber sistematizado. A escola, como instituição social, não se encarrega daquele saber empírico, espontâneo, do senso comum, que surge da experiência cotidiana dos indivíduos. Este tipo de conhecimento é doxa e diz respeito a opinião, consequentemente não deve ser objeto de trabalho escolar. [...] o conhecimento que diz respeito a escola é episteme, é ciência, o conhecimento metódico, conhecimento sistematizado. Assim o papel da escola como instituição é precisamente o de socializar o saber sistematizado.

Os conhecimentos acumulados pela humanidade são muitos, então a escola precisa refletir sobre eles, fazer ajustes, recortes e elaborar o seu currículo. Entretanto, esses ajustes não podem ser feitos de maneira aleatória, neutra e ingênua. Requer escolhas e decisões, por isso tornam-se políticos. Essas escolhas vão redefinindo as funções que a escola propõe a si mesma e revelando o tipo de cidadãs e cidadãos que pretende formar: sujeitos que irão se adaptar à situação social imposta pelas hegemonias, sujeitos que se insurgem inconscientemente contra a ordem posta, ou o sujeito que seja capaz de refletir sobre sua vivência em sociedade, as relações de classe e poderes existentes nela, as contradições dessas relações e sua própria intervenção sobre esse contexto, ou seja, cidadã crítica e cidadão crítico.

Não esperamos que a escola, sozinha, transforme a sociedade. "A educação é apenas um dos nós da grande teia que é a sociedade" (COELHO; ORZECHOWSKI 2011, p.16.326). Mas acreditamos a escola pode, enquanto agente social, interferir na sociedade e impulsionar suas mudanças na direção da sociedade que queremos para nós e para as gerações vindouras. Suas ações pedagógicas, financeiras e administrativas indicam o caminho que ela quer seguir e aonde quer chegar. Em outras palavras, definem sua função.

Neste sentido, o CEF PMRGS entende que sua função social não se limita a socializar os conhecimentos contemplados pelo Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal mas, sobretudo, problematizá-los criticamente e criativamente no cotidiano de suas práticas educativas: projetos, metodologias de ensino, eventos, na relação professora (or) aluna (o) e nas demais relações entre os membros de seus diversos seguimentos, a saber, direção, servidoras e servidores, mães, pais e responsáveis.

Esperamos de nossas e nossos profissionais que reconheçam a importância de sua função enquanto agentes sociais de transformação, lembrando que o processo ensino-aprendizagem não se dá em uma outra esfera que não a social em que se agregam as crenças, a visão de mundo de cada uma e de cada um e todas as questões sociais, ambientais, políticas, econômicas e culturais que envolvem a educação. Reconheçam também que esses elementos nos conduzem à determinação de nossa função social e servem para escolhermos se queremos referendar ou transformar as condições sociais que nos é imposta pelas hegemonias. Desse modo, poderemos nos posicionar na defesa de uma educação que não seja manipulada para o bem de algumas e alguns e a massificação de outras e de outros. Acreditamos ser este o nosso papel, de contribuir para a formação de uma nova cidadã e de um novo cidadão que constituirão uma nova sociedade mais justa, livre e igualitária.

## 5 Missão

Contribuir para a formação de cidadãs e cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, capazes de atuar na transformação da realidade em que estão inseridas e inseridos, garantindo-lhes uma base de conhecimentos que proporcione maior conscientização de seu papel no desenvolvimento de uma sociedade sustentável, respeitadora, combatente contra preconceitos de qualquer natureza e acolhedora da diversidade humana. Conhecimento que proporcione também a ampliação das condições de acesso ao mundo do trabalho, bem como mudanças de comportamento que motivem a busca por melhores condições de vida para si e para sua coletividade.

# 6 Objetivos

## 6.1 Objetivo geral

- Aperfeiçoar o desempenho pedagógico e administrativo, buscando desenvolver ações significativas para o crescimento da escola enquanto grupo e agente social, das alunas e dos alunos enquanto sujeitos, proporcionando-lhes oportunidades de aquisição de conhecimentos em consonância com suas reais necessidades socioculturais.

## 6.2 Objetivos específicos

- Atuar de forma eficaz, buscando oferecer uma educação de qualidade, com o intuito de formar cidadãs e cidadãos críticas (os), éticas (os) e justas (os);
- Promover e ampliar a participação da comunidade local nos projetos escolares;
- Desenvolver a consciência crítica das (os) estudantes frente às suas relações de consumo e de respeito ao meio ambiente;
- Alcançar as metas propostas pelas políticas externas – IDEB;
- Cooperar para a manutenção da ordem, da conservação, da limpeza dos espaços internos e externos da escola;
- Incentivar e promover a formação continuada e a promoção das servidoras e dos servidores;
- Erradicar a evasão escolar;
- Reduzir a distorção idade x ano de estudo;
- Reduzir as taxas de repetência escolar;
- Combater a violência no âmbito escolar;
- Diminuir o índice de acidentes durante o intervalo das aulas e as recreações;
- Garantir a autonomia das questões pedagógicas, administrativas e financeiras por meio do Conselho Escolar e Unidades Executoras;
- Aperfeiçoar a acessibilidade nos espaços físicos da escola a fim de superar com eficácia as limitações de mobilidade física da comunidade;
- Alcançar padrões satisfatórios de aprendizagem para todas as modalidades de ensino ofertadas pela escola, de acordo com a proposta curricular da SEE/DF;
- Equipar a escola com os recursos tecnológicos e pedagógicos necessários;
- Zelar pela transparência no uso dos recursos financeiros da escola;
- Incentivar o civismo e o amor à Pátria, reforçando a identidade do povo brasileiro;
- Promover o sentimento de valorização da família;
- Despertar a consciência ecológica e o respeito para com o Meio Ambiente na comunidade escolar;
- Incentivar hábitos e comportamentos sustentáveis na comunidade escolar;

- Colaborar para o respeito mútuo entre os membros da comunidade escolar, combatendo todas as formas de preconceito e discriminação por raça, gênero, orientação sexual, religião, cultura, dentre outras.

# 7 Fundamentação e Concepções Teóricas

## 7.1 Fundamentos Ético-Pedagógicos

Idealizada a partir de decisões coletivas, a forma de educar do CEF PMRGS vê na contribuição para o desenvolvimento e exercício da cidadania pelas alunas e pelos alunos, na educação para a valorização da diversidade e na promoção da sustentabilidade humana a finalidade de seu projeto educativo. As educandas e os educandos, vistas e vistos na totalidade de suas dimensões, centram toda a preocupação do sistema educativo da instituição. Norteada por seus valores e princípios, a comunidade escolar estabelece, pois, creditando-os como facilitadores do processo educacional pretendido, os seguintes fundamentos ético-pedagógicos:

- **Competência profissional** - perseguimos a competência profissional de todos os membros da comunidade escolar, contribuindo para que nossas alunas e nossos alunos se orientem na direção da formação de cidadãs e cidadãos competentes;
- **Respeito** - prezamos pelo cultivo do respeito a si mesmo e aos pares por todos os membros da comunidade escolar nas diferentes dimensões humanas e relacionais;
- **Ênfase no diálogo** - valorizamos a garantia do diálogo baseado em argumentações sólidas para a solução de conflitos, bem como para sua prevenção;
- **Promoção e maturação dos valores humanos** - propiciamos a oportunidade de discussões e vivências relacionadas à promoção e maturação de valores humanos como solidariedade, autonomia, crítica, respeito, responsabilidade, trabalho, amor, paz, justiça, dentre outros, como forma de aperfeiçoar a capacidade de vida pacífica em sociedade;
- **Qualidade no processo educativo** - conservamos a busca de estratégias e mecanismos de aperfeiçoamento do processo educativo com vistas à melhoria da qualidade da educação oferecida;
- **Diversidade teórico-metodológica** - nossa abordagem pedagógica não se define pela defesa de uma única corrente teórico-metodológica, mas pelo diálogo entre aspectos de diversas teorias que se complementam.

Ao chegar à escola a criança já traz consigo uma carga de conhecimentos advindos de sua "educação de berço", a educação adquirida no seio familiar por meio da cultura vivenciada entre os membros da família. É sabido que esses conhecimentos e valores devem ser considerados ponto de partida pela escola em seu processo de ensino, a fim de que a criança possa conferir significação aos conteúdos que lhe serão ministrados.

Entretanto, Sant'ana (2013) explica que a escolaridade básica representa o início e a consolidação progressiva de aprendizagens consideradas elementares e nucleares, no âmbito da formação pessoal e social, dirigidas à construção de bases do saber. Estas aprendizagens permitem ao indivíduo o seu desenvolvimento

enquanto ser que aprende e que aprende a aprender, constituindo também o processo da sua integração plena na sociedade. Trata-se, portanto de admitir conteúdos e, ao mesmo tempo, realizar percursos de processamento de aprendizagens. Por isso a formação de valores e atitudes deve ser um desafio no desenvolvimento da educação escolar, devendo estar presente diariamente nos planejamentos de aula. Sendo assim, entre os valores e atitudes que elegemos como definição do perfil das estudantes e dos estudantes que pretendemos ajudar a formar, esperamos que tenham:

- Interesse por ouvir e manifestar sentimentos, experiências, ideias e opiniões;
- Preocupação com a comunicação nos intercâmbios: fazer-se entender e procurar entender as outras e os outros;
- Segurança na defesa de argumentos próprios e flexibilidade para modificá-los, quando for o caso;
- Respeito diante de colocações de outras pessoas, no que se refere tanto às ideias quanto ao modo de falar;
- Valorização da cooperação como forma de dar qualidade aos intercâmbios comunicativos;
- Reconhecimento da necessidade da língua escrita para planejar e realizar tarefas concretas;
- Reconhecimento do valor da língua escrita como meio de informação e transmissão da cultura;
- Valorização da leitura como fonte de fruição estética e entretenimento;
- Interesse, iniciativa e autonomia para ler textos em seus diversos gêneros;
- Interesse por compartilhar opiniões, ideias e preferências sobre leituras realizadas;
- Manuseio cuidadoso de livros e demais materiais escritos;
- Sensibilidade para reconhecer e capacidade de questionar, com ajuda da professora e do professor, conteúdos discriminatórios, veiculados por intermédio da linguagem;
- Atitude crítica diante de diversas linguagens textuais;

- Exigência de qualidade com relação às próprias produções escritas, no que se refere aos aspectos textuais e apresentação gráfica;
- Interesse em explorar a dimensão estética da linguagem. Respeito aos diferentes modos de falar;
- Valorização do uso das expressões de cortesia nas relações cotidianas;
- Preocupação em adotar posturas adequadas às diferentes situações de convívio;
- Esforço em participar de atividades que contrariem o simples gostar, mas que se apresentam necessárias;
- Valorização da produção textual própria e alheia;
- Reconhecimento da importância do trabalho em grupo, integrando com as colegas e os colegas sem discriminar por razões físicas, sociais, culturais ou de gênero;
- Valorização da prática de análise e reflexão de questões linguísticas e de quaisquer outras situações da vida;
- Desenvolvimento de atitudes favoráveis para a aprendizagem de Matemática;
- Curiosidade por questionar, explorar e interpretar os diferentes usos dos números, reconhecendo sua utilidade na vida cotidiana;
- Curiosidade de conhecer a evolução histórica dos números, de seus registros, de sistemas de medidas, procedimentos e instrumentos de cálculo utilizados por diferentes grupos culturais;
- Interesse e curiosidade por conhecer diferentes estratégias de cálculo;
- Confiança na própria capacidade para elaborar estratégias pessoais de cálculo, interesse em conhecer· e utilizar as diferentes estratégias para calcular e os procedimentos de cálculo que permitem generalizações e precisão;
- Sensibilidade pela observação das formas geométricas na natureza, nas artes e nas edificações, bem como das simetrias decorrentes, ali presentes;
- Apreciação da organização, limpeza, ordem, precisão e correção na elaboração e apresentação dos trabalhos;

- Valorização da troca de informações com colegas e do trabalho em grupo como forma de ampliar o conhecimento sobre um determinado fato histórico e geográfico;
- Interesse em perceber diferentes perspectivas e opiniões sobre um mesmo acontecimento, não preestabelecendo uma única informação como verdadeira;
- Curiosidade em conhecer a história da escola e da comunidade em que vive, valorizando o papel social que cada uma e cada um desempenha;
- Atitude de respeito e valorização do país em que vive, reconhecendo a importância de grupos que lutam e lutaram em busca de transformações sociais, políticas e econômicas;
- Curiosidade de observar atentamente o seu espaço, estabelecendo uma relação crítica entre o presente e o passado como forma de projetar o futuro;
- Desenvolvimento de atitudes favoráveis (predisposição, curiosidade, interesse, participação) à aprendizagem dos conteúdos de Geografia;
- Desenvolvimento de atitudes de questionamento, exploração e interpretação de diferentes fatos e diversas paisagens, reconhecendo sua importância na vida do ser humano;
- Valorização da utilidade de pontos de referência ambiental e geográfica para localizar objetos e a si mesmo no espaço e no tempo;
- Interesse em conhecer, interpretar e produzir mensagens em linguagem cartográfica;
- Valorização da proteção às diferentes formas de vida, e da proteção e conservação dos ambientes e da diversidade sociocultural;
- Desenvolvimento da capacidade de cumprir com responsabilidade o papel de cidadã e de cidadão construtora(or) e transformadora(or) da sociedade;
- Questionamento sobre a existência ou não da cidadania nas pessoas que convivem no mesmo espaço, levantando sugestões práticas para que ela se concretize;
- Interesse em pesquisar como as pessoas se apropriam, se identificam e se integram com os espaços físicos e naturais, definindo um comportamento crítico em relação a esse fato;

- Atitude crítica diante do consumismo e no uso dos bens comuns e recursos materiais, de modo a respeitar o ambiente e as pessoas da comunidade;
- Responsabilidade e solidariedade desde a relação entre as pessoas com o seu meio até as relações entre povos e nações, passando pelas relações sociais, econômicas e culturais;
- Domínio de alguns procedimentos de conservação e manejo dos recursos naturais com os quais interage, aplicando-os no dia-a-dia;
- Valorização da diversidade natural e sociocultural;
- Sensibilidade para reconhecer-se como parte integrante da natureza;
- Zelo pelos direitos próprios e alheios a um ambiente cuidado, limpo e saudável na escola, em casa e na comunidade;
- Repúdio ao desperdício em suas diferentes formas;
- Apreciação dos aspectos estéticos da natureza, incluindo os produtos da cultura humana;
- Esforço em participar de atividades relacionadas à melhoria das condições ambientais da escola e da comunidade local;
- Reconhecimento dos obstáculos e dos desacertos como aspectos integrantes do processo criador pessoal;
- Atenção ao direito de liberdade de expressão e preservação da própria cultura;
- Disposição para superar os limites corporais, de forma a poder estabelecer algumas metas pessoais;
- Interesse em adotar posturas e realizar movimentos não prejudiciais ao próprio corpo e aos das outras pessoas;
- Preocupação com o bem-estar físico e mental desenvolvendo hábitos saudáveis de alimentação e de higiene, e atividades corporais;
- Preocupação em não se deixar influenciar pelos padrões de saúde estética e beleza, e pelo consumismo;
- Valorização da diversidade da cultura corporal, entendendo-a em seus respectivos contextos e finalidades;

- Interesse em conhecer e valorizar brincadeiras e jogos da contemporaneidade e de outras épocas;
- Esforço em participar de atividades relacionadas à melhoria das condições ambientais da escola e da comunidade local;
- Valorização da experiência da pessoa idosa, reconhecendo-a como uma pessoa que pode produzir, que tem projetos a realizar e necessidades que não podem ser esquecidas;
- Reconhecimento da saúde como um direito de todas, e todos e como dimensão essencial do crescimento e desenvolvimento do ser humano;
- Valorização de formas conservativas de extração, transformação e uso dos recursos naturais;
- Valorização da divulgação dos conhecimentos elaborados na escola para a comunidade;
- Valorização da postura corporal;
- Interesse e respeito pela produção de colegas e de outras pessoas;
- Disposição e valorização para realizar produções artísticas, expressando e comunicando ideias, sentimentos e percepções;
- Desenvolvimento de atitudes de autoconfiança nas tomadas de decisão em relação às produções pessoais;
- Valorização das diferentes formas de manifestação artística como meio de acesso e compreensão das diversas culturas;
- Identificação e valorização da arte local e nacional;
- Atenção, valorização e respeito em relação a obras e monumentos do patrimônio cultural;
- Reconhecimento da importância de frequentar instituições culturais onde obras artísticas estejam presentes;
- Valorização da vida e de sua preservação;
- Contribuição para que cada pessoa se prepare livremente para interagir na sociedade de forma feliz, plena, fraterna e solidária.

## 7.2 Fundamentos Epistemológicos

O conhecimento se define pela representação de modelos que levam à construção de descrições, agregando novos saberes que contribuem para o aperfeiçoamento da visão e da interpretação de mundo da estudante e do estudante. A busca do conhecimento pelas educandas e pelos educandos é o que caracteriza a base do processo educativo. O modelo de interação desses indivíduos com o objeto de estudo é fundamental para definir seu ritmo de apropriação de conhecimento.

De acordo com o Currículo dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental das escolas públicas do Distrito Federal (2013, p.14), o campo das aprendizagens é marcado pela compreensão de que aprender perpassa a interação entre o sujeito e a realidade, em uma relação biunívoca na qual o sujeito sai de um lugar de passividade e passa a ser um sujeito ativo do próprio conhecimento. Em outras palavras, Piaget (1983, p.99) explica que "o objeto só é conhecido na medida em que o sujeito consegue agir sobre ele e essa ação é incompatível com o caráter passivo que o empirismo, em graus diversos, atribui ao conhecimento". A escola, para que atinja sua finalidade principal, deve propiciar o maior número possível de vivências que permitam essas interações entre os sujeitos - alunas e alunos - e os objetos de estudo.

A concepção interacionista sobre a aquisição do conhecimento é compartilhada por vários teóricos, como Piaget, Wallon e Vygotsky, dentre outros. Esses autores trouxeram à tona a reflexão acadêmica e escolar a respeito do caráter social da busca do conhecimento e da aprendizagem. Na defesa de que as aprendizagens são construídas na interação com as outras e com os outros e que, portanto, a educação não deve ser direcionada exclusivamente para as questões individuais, Wallon (1995, p.59) define o ser humano como "animal essencialmente social". Neste sentido, a essência do indivíduo se encontra em sua dimensão social. Portanto, suas aprendizagens se apoiam nos aspectos afetivos, cognitivos e motores, em sua interação com outros indivíduos.

Ao explicar que o desenvolvimento cognitivo do indivíduo não ocorre separadamente de seu contexto social, histórico e cultural, Vygotsky (2000, p.63) afirma que "a linguagem primordial da criança é puramente social". Partindo dessa

premissa, entende-se que não é admissível pensar o desenvolvimento cognitivo sem relacioná-lo diretamente às relações culturais.

Embora sejam conhecidos como os principais expoentes da teoria construtivista, Piaget e Vygotsky apresentam ideias opostas em relação à aprendizagem e ao desenvolvimento. Na concepção piagetiana, a aprendizagem só ocorre mediante a consolidação das estruturas de pensamento. Portanto, a aprendizagem sempre se dá após a consolidação do esquema que a suporta, da mesma forma a passagem de um estágio a outro estaria dependente da consolidação e superação do anterior. Na perspectiva de Piaget, para que ocorra a construção de um novo conhecimento, é preciso que se estabeleça um desequilíbrio nas estruturas mentais, isto é, os conceitos já assimilados necessitam passar por um processo de desorganização para que possam novamente, a partir de uma perturbação se reorganizarem, estabelecendo um novo conhecimento. Este mecanismo pode ser denominado de equilibração das estruturas mentais, ou seja, a transformação de um conhecimento prévio em um novo. Os estudos de Vygotsky, por sua ve, postulam uma dialética das interações com o outro e com o meio, como desencadeador do desenvolvimento sócio-cognitivo. Para Vygotsky, o desenvolvimento é impulsionado pela linguagem. Ele acredita que a estrutura dos estágios descrita por Piaget seja correta, porém difere na concepção de sua dinâmica evolutiva. Enquanto Piaget defende que a estruturação do organismo precede o desenvolvimento, para Vygotsky é o próprio processo de aprendizagem que gera e promove o desenvolvimento das estruturas mentais superiores (WIKIPÉDIA, 2013).

Essa diferença conceitual é primordial a esta reflexão, haja vista que o papel da educação, das professoras e dos professores na construção do conhecimento pelas alunas e pelos alunos difere uma da outra. Navarro e Pedrosa (2005, p.86) defendem que a concepção de Piaget, apoiada nos processos de descobrimento mediante a atividade espontânea da criança, "limitava o papel do educador a enriquecer as oportunidades de experiência, sempre dentro dos cânones que definiam cada etapa". A visão vygotskyana, por sua vez, a partir da ideia de mediação da docente e do docente na zona de desenvolvimento proximal, "recolocou o lugar da instrução, do ensino, como um pivô da expansão das

possibilidades de aprendizagem da criança, convertendo essas experiências em desenvolvimento" (NAVARRO; PEDROSA, 2005, p.87).

O conceito de zona de desenvolvimento proximal - ZDP explica que a aprendizagem acontece no intervalo entre o conhecimento real e o conhecimento potencial. Em outras palavras, a ZDP é a distância existente entre o que o sujeito já sabe e aquilo que ele tem potencialidade de aprender. Seria neste campo que a educação atuaria, estimulando a aquisição do potencial, partindo do conhecimento da ZDP do aprendiz, para assim intervir. O conhecimento potencial, ao ser alcançado, passa a ser o conhecimento real e a ZDP redefinida a partir do que seria o novo potencial (WIKIPÉDIA, 2013). A ZDP é definida por Navarro e Pedrosa (2005, p.87) como "processo de andaime", em que o processo de mediação deve conter como características primordiais a participação guiada, o conhecimento compartilhado e a prática da reflexão. Sendo assim, o papel da escola não deve ser apenas o de enriquecer as experiências das alunas e dos alunos, mas também o de favorecer o avanço do conhecimento a partir de intervenções eficazes, desprovida de uma abordagem pedagógica canonizada, na ZDP de cada uma e de cada um.

Essas ideias convergem para uma visão de conhecimento que é construído propriamente pelo indivíduo e que resulta da interação de seu interior com o meio ambiente. Postulam a dialética das interações com o outro e com o meio, como desencadeador do desenvolvimento sóciocognitivo. As interações têm um papel crucial e determinante na aquisição do conhecimento. Quanto mais ricas as interações, maior e mais sofisticado será o desenvolvimento. Nesta visão, o conhecimento não é concebido como mera cópia da realidade, mas sim como uma construção que o indivíduo faz dela. Significa dizer que a aprendizagem não é um assunto de mera transmissão e acumulação de conhecimentos, mas um processo ativo por parte da estudante e do estudante para construírem conhecimentos da experiência e informação que recebe. Por isso, são ideias que integram uma concepção conhecida como construtivismo sociointeracionista.

Trata-se de uma concepção que goza de ampla aceitação no meio educacional contemporâneo, enfatizando aspectos primordiais da aprendizagem e da construção do conhecimento. Por isso, o CEF PMRGS se fundamenta no construtivismo sociointeracionista, mantendo o diálogo reflexivo com aspectos de

outras teorias e pensamentos, para definir a orientação do trabalho pedagógico da instituição.

### 7.3 Fundamentos Didático-Pedagógicos

Na perspectiva de conhecimento que elegemos como princípio orientador de nossa prática pedagógica, a saber, o construtivismo sociointeracionista, o papel das professoras e dos professores se caracteriza primordialmente por estratégias de mediação entre as (os) estudantes e o objeto de estudo. A professora e o professor, como mediadora e mediador entre as (os) estudantes e o conhecimento, devem se comportar como profissionais formadoras (es), reflexivas(os), conscientes da importância de seu papel, comprometidas(os) com o processo educativo, integrada(o) ao mundo hodierno, responsável socialmente pela contribuição à formação da cidadã e do cidadão e, principalmente, eternas e eternos aprendizes, que buscam “ inovar e inovar-se”.

Para que se consiga uma aprendizagem eficiente, contudo, não é apenas o papel da professora e do professor que estabelece o diferencial. Implica um duplo compromisso, conforme explicam Navarro e Pedrosa (2005, p.90): "o aluno deve assumir uma disposição para aprender e comprometer-se a trabalhar para consegui-lo, e o docente tem a obrigação de preparar o cenário e atuar como agente mediador entre o aluno e a cultura". Segundo essa autora e esse autor, a função da (do) docente como agente mediadora (or) entre o conteúdo e a(o) aluna (o) ajuda esta (e) a descobrir relações e construir significados, oferece experiências, promove um ambiente adequado, orienta, modela e acompanha o processo de aprendizagem. Com base nesse papel, a citação a seguir explicita três responsabilidades que são indispensáveis à professora e ao professor em sua tarefa de mediação do conhecimento:

> 1. Conhecer e relacionar-se com os alunos - isto implica avaliar positivamente o esforço individual e o trabalho coletivo, respeitar a diversidade de capacidades e características dos alunos, e avaliar assinalando o que deve melhorar, e como;

> 2. Ter bom domínio de conhecimentos - o domínio permitirá ao docente ajudar o estudante a descobrir relações e compreender processos;
> 3. Instrumentar didaticamente seu programa - é importante que o docente conheça o plano e programa de estudos para decidir previamente o que vai ensinar, como vai ensinar e quando vai avaliar (NAVARRO; PEDROSA, 2005, p.90).

Na perspectiva sociointeracionista, os indivíduos aprendem com a ajuda de alguém mais preparado, que pode ser alguém da família, companheiras (os) ou a (o) professora (or). Para que essa ajuda seja eficaz e pertinente, conforme destacam Navarro e Pedrosa (2005), é indispensável saber o que a aluna ou o aluno pode fazer por si só, e localizar o ponto em que necessita de ajuda para realizar mais, para evoluir em sua aquisição de novos saberes, assim que a tarefa o exija. Em outras palavras, seria dizer que é necessário que a professora ou o professor procure sempre considerar a zona de desenvolvimento proximal de suas alunas e seus alunos para preparar suas aulas. Do contrário, conforme alertam Navarro e Pedrosa (2005, p.90), "se o aluno já possui o conhecimento, a atividade será um simples exercício, o que pode provocar desinteresse. Se a atividade estiver muito longe de sua capacidade, representará uma ameaça, com a consequente falta de aprendizagem".

Neste sentido, a seguir são apresentadas algumas regras indispensáveis à atividade escolar, de acordo com os princípios vygotskyanos:

> 1. Participar de atividades que ponham à prova cognição e vontade;
> 2. Domínio gradual das ferramentas de acesso ao conhecimento: língua escrita, conceitos e regras de raiz científica;
> 3. Não perder de vista que os instrumentos de mediação têm uma estrutura cognitiva própria que é preciso dirigir;
> 4. Incidir adequadamente na utilização dos instrumentos mediadores, veículos e objetos de conhecimento ao mesmo tempo;
> 5. Expor tarefas escolares que exijam dos alunos uma motivação diferente da utilizada habitualmente em cenários cotidianos (NAVARRO; PEDROSA, 2005, p.91).

A formação de conceitos nas alunas e nos alunos deve se dar por meio de situações problemáticas, que requeiram a evocação e a conexão com o que já sabem, a fim de desenvolverem elementos do pensamento necessários para se chegar à uma solução. Essa linha de pensamento exige que a professora e o

professor ofereça perguntas que requeiram questionamento e investigação, em detrimento das perguntas que permitam a simples tarefa mental de decorar. A ação mediadora deve permitir que alunas e alunos adquiram elementos como o domínio de conceitos e a habilidade algorítmica como bases para resolver problemas. Trata-se de uma prática em que não se recomenda, por exemplo, abordar diretamente um conceito previamente elaborado. Outrossim, "deve-se expor situações problemáticas que tenham que ver com outros conceitos relacionados com este e que são base para sua construção" (NAVARRO; PEDROSA, 2005, p.91).

Acreditamos que o movimento ação-reflexão-ação pode criar novas oportunidades de aprendizagem, por meio de metodologias que possibilitem às alunas e aos alunos agirem, discutirem e refletirem. Para tanto, é necessário que as docentes e os docentes exerçam seu papel de autoridade e mediação na sala de aula, que os planejamentos de ensino sejam adotados no cotidiano das coordenações como forma de garantir a busca de melhorias para o desenvolvimento das aulas e que a diversidade das fontes de informação seja levada em consideração pela escola. Assim, os livros, a internet e o próprio território escolar poderão ganhar sentido em sua exploração pedagógica, no processo de construção e realimentação da inteligência.

# 8 Organização do trabalho pedagógico e administrativo da escola

A escola atende a alunas e alunos do 2º ano ao 7º ano do Ensino Fundamental, nos turnos matutino e vespertino. No turno matutino, as turmas compõem-se de estudantes do 6º ano e 7º ano (1º Bloco do 3º Ciclo). No turno vespertino, as turmas compõem-se de estudantes do 2º ao 5º (1º e 2º Bloco do 2º Ciclo).

A seguir destacamos alguns aspectos da organização do trabalho pedagógico e administrativo da escola:

## 8.1 Equipe de Professoras e Professores

O atual quadro da Carreira Magistério atuante no CEF PMRGS é composto por 56 profissionais, sendo que parte pertence ao quadro efetivo da Secretaria de Educação do DF e outra parte é provisória. Contamos com os seguintes cargos e funções: um diretor, uma vice-diretora, uma supervisora pedagógica, dois coordenadores pedagógicos e um coordenadora pedagógica, uma pedagoga, uma orientadora educacional, duas professoras da Sala de Recursos Generalista (Anos Finais), um professor readaptado e 45 docentes, sendo 31 atuando em áreas específicas e 14 em Atividades.

Nossas professoras e nossos professores possuem formações diversas, de acordo com a área de atuação de cada uma e de cada um. A grande maioria possui graduação e pós graduação em suas respectivas áreas de regência, além de participarem frequentemente de cursos de aperfeiçoamento voltados para a formação continuada na área da educação. Todas e todos possuem vasta experiência no exercício do magistério, demonstrando capacidade para exercerem sua tarefa de mediação com eficácia.

A maioria das professoras e dos professores trabalha na escola há mais de cinco anos. São residentes das proximidades da escola, de outras regiões administrativas e do entorno do Distrito Federal. Por isso, compreendem as características da comunidade local, seus problemas e limitações comuns às comunidades periféricas das grandes cidades brasileiras.

O processo de escolha de turmas e distribuição de carga horária é realizado antes do início do ano letivo, e leva em consideração o tempo comprovado de exercício do magistério, a formação inicial e continuada cuja titularidade seja apresentada pelas e pelos docentes. Tal processo é regido por portarias específicas, que são elaboradas e divulgadas pela SEEDF para este fim.

## 8.2 Coordenação Pedagógica

A origem da coordenação pedagógica enquanto espaço-tempo que oportuniza reflexões sobre a organização do trabalho pedagógico da escola, se remete à preocupação do Estado com a valorização e a profissionalização dos profissionais da educação. Esse espaço-tempo possibilita às professoras, aos professores, à direção, à coordenação e demais profissionais a compartilharem o planejamento, a

reflexão e a participação coletiva, a revisão e a avaliação da execução do Projeto Político Pedagógico. Trata-se também de um espaço-tempo bem oportuno ao atendimento às famílias que procuram determinadas e determinados profissionais da escola para compartilharem suas dúvidas, angústias e buscas em relação ao processo educativo.

O documento Orientação Pedagógica – Projeto Político Pedagógico e Coordenação Pedagógica nas Escolas (SEEDF, 2014, p.33) defende que a potencialização da coordenação pedagógica na escola constitui uma possibilidade ímpar de organização do trabalho docente, visando à educação como compromisso de todos os envolvidos, com o foco no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. Essa possibilidade de constituição do coletivo, de trabalho colaborativo ou conjunto, de interações com compromisso mútuo e de educação continuada concretiza-se por meio das ações coletivas e individuais e pelas intencionalidades dos profissionais envolvidos, declaradas no PPP das unidades escolares como compromisso de todos.

A atuação da gestora ou do gestor, articuladora ou articulador maior do trabalho pedagógico da escola, juntamente com supervisoras, supervisores, coordenadoras pedagógicas e coordenadores pedagógicos, é fundamental para que a coordenação pedagógica não se concretize como trabalho individual, apenas, que levaria ao isolamento profissional, mas como um trabalho de interação conjunta. Esses atores devem suscitar as ações de formação continuada, sendo também coordenadoras formadoras e coordenadores formadores, assumindo, assim, papel imprescindível em processos reflexivos sobre as práticas pedagógicas docentes (SEEDF, 2014, p.33).

Em relação às professoras e aos professores atuantes em sala de aula, que trabalham em regime de 40h semanais, o espaço-tempo destinado à coordenação coletiva compreende 15h, organizadas de acordo com portaria específica, da seguinte forma:

a) **Coordenação individual (06h):** pode ser gerida pelas próprias professoras e pelos próprios professores, podendo ser realizada inclusive fora da escola. Destina-se a atividades de formação continuada e busca de crescimento profissional;

b) **Coordenação por disciplina – Anos Finais e por ano – Anos Iniciais (03h):** sob a mediação de coordenadoras pedagógicas e coordenadores pedagógicos locais, envolvendo o desenvolvimento de atividades de planejamento; formação continuada em cursos oferecidos pela Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – EAPE
c) **Coordenação coletiva (03h):** reunião realizada pela direção, com a participação de todas as profissionais e todos os profissionais envolvidas e envolvidos no processo pedagógico, para tratar de assuntos diversos como projetos, eventos, Projeto Político-Pedagógico e outros;
d) **Reforço Escolar (03h):** aulas de reforço para as alunas e os alunos com defasagem de aprendizagem, em espaço ambientado para esse fim (sala 16), em horários opostos às aulas regulares. A utilização desse tempo-espaço deverá ser semanal, atendendo à legislação expressa por meio da Portaria Nº. 29, de 02 de fevereiro de 2013, que destina três das 15 horas de coordenação das professoras e dos professores para ministração do reforço escolar. O reforço deverá constar no Diário de Classe, identificando os procedimentos utilizados, datas e números de chamada das alunas e dos alunos participantes. O reforço deve ser ofertado a um número reduzido de estudantes por vez, máximo de três, a fim de favorecer o enfoque nas dificuldades percebidas. Haverá cronograma para a utilização desse espaço por ano (Anos Iniciais) e por disciplina (Anos Finais).

### 8.3 Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem – EEAA

As EEAA's são compostas por pedagogas ou pedagogos e psicólogas ou psicólogos que atuam numa perspectiva multidisciplinar. Essa atuação está voltada para o contexto instituicional pedagógico, considerando sempre as múltiplas variáveis que podem interferir no desempenho acadêmico das estudantes e dos estudantes – dificuldades psicopedagógicas, socioafetivas, entre outras – no intuito de facilitar e incentivar o processo de ensino e aprendizagem. As equipes também atuam no sentido de contribuir para o aprimoramento das profissionais e dos profissionais das unidades escolares, a partir da interlocução entre as agentes

envolvidas e os agentes envolvidos na superação das dificuldades de aprendizagem das estudantes e dos estudantes, de acordo com o PPP Carlos Mota (2013, p.96).

No CEF PMRGS a equipe é voltada ao atendimento de alunas e alunos dos Anos Iniciais e Finais. É composta por uma pedagoga e uma psicóloga, sendo que esta presta atendimento também em outras duas escolas. O atendimento da equipe é organizado em parceria com as professoras e os professores, mediante encaminhamento das alunas e dos alunos, por meio de fichas próprias e formulários específicos.

### 8.4 Serviço de Orientação Educacional – SOE

O PPP Carlos Mota (2013, p.97), explica que o SOE, por excelência, trabalha na perspectiva da educação integral. Possui uma forma de trabalho mais abrangente na dimensão pedagógica, pois articula junto às demais educadoras e aos demais educadores – atuando em todas as etapas e modalidades da educação básica – o trabalho dos sujeitos da instituição educacional, buscando conhecer a realidade e transformá-la, para que ela seja mais justa e humana. Ao focar sua ação no desenvolvimento de uma educanda ou um educando, desenvolve seu trabalho em parceria com a equipe gestora da instituição educacional, promovendo parcerias internas e externas, a fim de tecer uma rede social e promovendo parcerias internas e externas, a fim de tecer uma rede social e interinstitucional que colabora com o desenvolvimento integral da estudante ou do estudante.

O documento destaca também que a atividade de orientação educacional também se fundamenta nos princípios de uma educação integral que promova a aprendizagem e o desenvolvimento do ser humano. Uma das dimensões fundamentais da atividade de orientação educacional é o respeito ao ser humano, a defesa de sua dignidade e garantia de igualdade de direito qu promova sua aprendizagem sem sofrer qualquer tipo de preconceito e discriminação na escola. Tal trabalho deve perpassar todas as etapas e modalidades (SEEDF, 2013, p.98).

No CEF PMRGS o SOE é desenvolvido por uma professora orientadora, apesar de apresentar carência de mais uma profissional, de acordo com a portaria que define essa quantidade. O trabalho é feito em parceria com as professoras, os

professores, a coordenação pedagógica, a supervisão pedagógica e a direção, que procedem aos encaminhamentos sempre que percebem sua necessidade.

A orientadora educacional faz intervenções imprevistas, em situações de conflito, ou programadas, prestando atendimento individualizado às estudantes e aos estudantes que demonstram problemas de comportamento, de convivência e de aprendizagem que insinuam situações de conflitos intrapessoais e interpessoais. As famílias são convocadas por bilhetes específicos ou por telefone, quando necessário, e os diálogos são registrados em livro de registro específico para que sejam procedidos os devidos encaminhamentos.

### 8.5 Sala de Recursos

O Atendimento Educacional Especializado/Sala de Recursos, de acordo com o Artigo 34 do Regimento Escolar, caracteriza-se como serviço de natureza pedagógica conduzido por professora especializada ou professor especializado que suplementa, no caso de alunas e alunos com altas habilidades/superdotação e complementa, no caso de alunas e alunos com deficiência e transtorno global do desenvolvimento, o atendimento educacional realizado em classes comuns em todas as etapas da educação básica.

Tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos no processo de ensino e aprendizagem, considerando suas necessidades específicas. Deve integrar a Proposta Pedagógica da instituição educacional, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as orientações constantes da legislação vigente e demais políticas públicas. A professora ou o professor que atua na Sala de Recursos deverá oferecer orientação e apoio pedagógico às professoras e aos professores das classes comuns em que as alunas atendidas e os alunos atendidos estejam regularmente matriculadas e matriculados.

O CEF PMRGS conta com duas professoras responsáveis por esse serviço, que prestam atendimento individualizado às alunas e aos alunos encaminhadas e encaminhados sob a necessidade do apoio devido. Essas alunas e esses alunos são acolhidas e acolhidos em ambiente devidamente climatizado, equipado com recursos pedagógicos e lúdicos que viabilizam um atendimento eficaz e promissor.

As famílias são comunicadas a respeito dos dias e horários de atendimento, por meio de bilhetes específicos ou telefone. As famílias que dispensam o atendimento, atestam a dispensa em documentos elaborados para esse fim, que são arquivados para posteriores consultas ou encaminhamentos.

### 8.6 Administração

O serviço administrativo do CEF PMRGS é desempenhado por uma equipe de profissionais liderada por uma supervisora administrativa e um chefe de secretaria. Para tal serviço, contamos com o apoio de um assistente de supervisão administrativa e dois auxiliares administrativos.

A supervisão administrativa exerce um papel fundamental à boa gestão escolar, incluindo a gerência de todo o trabalho extrapedagógico sem o qual a escola seria impossibilitada de funcionar em condições satisfatórias, como a conservação, a limpeza, a cocção, a vigilância, os recursos materiais, os recursos humanos e outros.

À secretaria escolar compete o planejamento e a execução de atividades de escrituração escolar, de arquivo, de expediente e de atendimento a estudantes, docentes e a toda a comunidade escolar em assuntos relativos à sua área de atuação.

O CEF PMRGS preza por uma administração de qualidade, acreditando que a qualidade nos serviços auxiliares recai sobre a qualidade da educação oferecida por todas e todos que exercem suas funções no espaço escolar. A formação continuada é incentivada e estimulada para todas as servidoras e todos os servidores, como forma de garantir o melhor desempenho por parte de todas e de todos no atendimento à comunidade.

### 8.7 Conservação e Limpeza, Cocção, Vigilância e Portaria

A escola dispõe de servidoras e servidores dos quadros efetivo e temporário para a execução dos serviços auxiliares à educação, que demonstram perspicácia e comprometimento em suas respesctivas funções. Esse serviço é executado no dia a dia escolar com a seguinte organização:

a) **Conservação e Limpeza –** Grupo composto por quatro servidoras e um servidor, servidoras do quadro temporário (parceria entre a SEEDF e a empresa SERVEGEL), que cuidam da limpeza das áreas internas e externas da escola, além de cuidarem da conservação do patrimônio escolar. Trabalham em dois horários distintos, organizados de forma que possam atender às demandas de sua área de atuação;
b) **Cocção –** Grupo composto por três servidoras do quadro temporário (parceria entre a SEEDF e a empresa Confere), que cuidam da preparação da merenda escolar. O grupo, orientado pela supervisora administrativa, cuida da preparação da merenda escolar recebida da SEEDF, procurando incrementar a merenda, sempre que possível, com verduras produzidas na horta da própria escola, com a finalidade de garantir uma melhor qualidade no lanche oferecido às alunas e aos alunos;
c) **Vigilância –** Grupo composto por quatro servidores, que cuidam da guarda da escola em dias e horários que a escola não oferece expediente, zelando pela proteção ao patrimônio escolar. Trabalham em regime de escala, regidos por legislação específica e pertencem ao quadro efetivo da SEEDF;
d) **Portaria –** Grupo composto por uma servidora de carreira da portaria, uma um servidor readaptado agente de vigilância e uma servidora agente de conservação e limpeza que cuidam do controle da entrada e saída de alunas e alunos e da comunidade durante os expedientes.

### 8.8 Serviços de Apoio e Monitoria

A escola tem em seu quadro efetivo um professor de Atividades readaptado, duas servidoras da Conservação e Limpeza, um agente de vigilância readaptado e uma técnica de gestão educacional da especialidade monitor que prestam serviço de apoio e monitoria, com a seguinte alocação:

- **Um professor readaptado de Atividades –** trabalha em atividades laboratório de informática**.**

- **Duas servidoras da Conservação e Limpeza –** exercem a monitoria da biblioteca Paulo Freire, sua organização e conservação, bem como a coordenação de empréstimos de livros às alunas e aos alunos;
- **Um servidor readaptado agente de vigilância –** presta serviço na portaria da escola, dando apoio ao controle de entrada e saída durante os expedientes;

### 8.9 Relação com a Comunidade

A escola se insere em uma comunidade cuja realidade é marcada por um explícito afastamento entre a comunidade e a escola. Aproximar a comunidade da escola tem representado um enorme desafio para a gestão escolar. Tal realidade desenha um cenário de problemas nas relações escola x família, professoras e professores x alunas e alunos e comunidade x direção escolar. Entretanto, a escola tem enfrentado esse desafio, unindo esforços para fortalecer os laços com a comunidade, acreditando que quanto mais fortalecidos forem esses os laços, melhores poderão ser os resultados alcançados por meio de um trabalho conjunto.

Como resultado desses esforços, nota-se mais satisfação por parte da comunidade em relação ao atendimento prestado pela escola. Os eventos se mostram mais participativos, a frequência às reuniões com mães e pais e as demais atividades para as quais a comunidade é convidada. Entretanto, o desafio continua, haja vista que o nível de frequência à escola, especialmente por mães e pais, ainda se mostra aquém do que se espera.

Alguns projetos têm sido idealizados com vistas a essa melhoria. Dentre eles, destaca-se o Projeto Biblioteca para Todas e Todos, por meio do qual a escola abre suas portas para a comunidade aos sábados para oferecer um espaço-tempo de leitura espontânea a todas e todos. Destacam-se também os projetos Xadrez e Basquete, ambos patrocinados pelo CID, que trazem alunas e alunos à escola em horários opostos às aulas regulares. A Escola de Mães e Pais se destaca por oferecer palestras a respeito da criação de filhas e filhos a mães e pais.

A escola continuará buscando formas de aproximar família e escola. Acreditamos que para exercermos nossa função social e oferecermos a educação

de qualidade que entendemos ser a ideal, é preciso promover a aproximação de uma com a outra, a tal ponto que nenhuma ação da escola seja alheia às famílias cujas filhas e cujos filhos dela fazem parte.

### 8.10 Biblioteca Paulo Freire

Nossa biblioteca foi reinaugurada no dia 20 de dezembro de 2012, após permanecer desativada por mais de uma década. Sua reinauguração representou um inegável ganho pedagógico para a escola, que procura agregar valores à sua utilização cotidiana. Atualmente, são realizados empréstimos de livros e revistas, às alunas e aos alunos, por meio de controle específico. O espaço é coordenado por quatro servidoras da carreira Assistência, sendo uma readaptada. A utilização da biblioteca pode ser individualmente, por alunas e alunos que queiram estudar em horários livres, ou coletivamente, envolvendo professoras e professores com suas respectivas turmas. Para o turno matutino, essa a utilização coletiva exige agendamento com as coordenadoras do espaço. Para o turno vespertino, segue-se a uma escala de utilização elaborada para esse fim.

A biblioteca vem sendo equipada desde sua reinauguração com novos livros e revistas, além de contar com ar condicionado, computador, televisão e aparelho de DVD. Por isso serve também a projetos desenvolvidos nas várias disciplinas. Aos sábados a biblioteca atende ao projeto Biblioteca para Todas e Todos, que oferece espaço-tempo para leitura espontânea a toda a comunidade local.

### 8.11 Laboratório de Informática

A presença do laboratório de informática na escola justifica-se pela intenção de promover o acesso e a inclusão digital entre o alunado, além de diversificar os recursos pedagógicos e possibilitar metodologias inovadoras para o enriquecimento das aulas. Sua utilização pedagógica pode envolver a introdução, o aprofundamento, a revisão ou a conclusão de conteúdos, atividades de pesquisas orientadas, atividades lúdicas (jogos temáticos), dentre outras. Orienta-se uma utilização planejada, com fins e objetivos claros. Além de favorecer a aquisição de conhecimentos e aprendizagens de forma lúdica e diversificada, o planejamento

permite o agendamento, pela professora interessada ou pelo professor interessado, para a utilização do espaço no período desejado. Nosso laboratório está equipado com computadores conectados à internet, fones auriculares, uma impressora, aparelho de data show, quadro de projeção e ar condicionado.

### 8.12 Sala de Multimídia

Com o mesmo intuito pedagógico do laboratório de informática, nossas docentes e nossos docentes têm à sua disposição a sala de multimídia, que está equipada com amplo sistema de áudio e vídeo: aparelho de data show, ampla tela de projeção, microfone sem fio, receptor e amplificador de áudio, aparelho de DVD, conexão USB, conexão para PC's, dentre outras possibilidades de conexões digitais que permitem uma diversa utilização de mídias. O espaço conta com dois aparelhos de ar condicionado, um armário com acervo de CD's e DVD's pedagógicos e cadeiras universitárias.

A utilização por docentes do turno matutino se dá mediante agendamento e por docentes do turno vespertino mediante escala. Contudo, orienta-se a inserção desse espaço no planejamento pedagógico, a fim de que possa contribuir para o alcance dos objetivos de ensino, favorecendo as aprendizagens.

### 8.13 Regimento Interno

#### 8.13.01 Horários:

- Matutino: 7h15 às 12h15
- Vespertino: 13h às 18h

#### 8.13.02 Entrada e saída de alunas e alunos:

I. As mães, os pais e/ou responsáveis deverão deixar e buscar alunas e/ou alunos no portão da escola;

II. O eventual atraso de alunas e/ou alunos deverá ser justificado à Direção da escola, para possível encaminhamento de autorização à professora ou ao professor. Haverá tolerância para atrasos de 15min. em situações esporádicas;
III. Após três ocorrências de atrasos, as (os) responsáveis serão convocadas (os) para assinarem termo de responsabilidade por prejuízo à aprendizagem da aluna ou do aluno;
IV. A saída antecipada deverá ser autorizada somente pela direção da escola, mediante justificativa da (do) responsável;
V. A escola não se responsabilizará por alunas e alunos que permanecerem em suas imediações por mais de 15 minutos após término das aulas. Em caso de imprevisto, as (os) responsáveis deverão comunicar à escola;
VI. Quando houver necessidade de redução e/ou compactação de horários as (os) responsáveis receberão com antecedência comunicado escrito da escola ou por telefone;

**8.13.03 Assiduidade:**

I. A aluna ou o aluno deverá frequentar com assiduidade às aulas, executando todas as atividades de classe e extra classe propostas;
II. Após três faltas consecutivas ou alternadas na quinzena, as (os) responsáveis deverão justificar a ausência da aluna ou do aluno;
III. Em caso de doença, as faltas só poderão ser justificadas por meio atestado médico entregue à secretaria, à coordenação ou à direção da escola;

**8.13.04 Atendimento às mães, aos pais e responsáveis:**

I. As (os) responsáveis deverão procurar a professora ou o professor no horário de coordenação desta ou deste, em dias e horários a serem informados nas reuniões com mães e pais;

II. As solicitações para contato com a família serão feitas pelas professoras, pelos professores e/ou direção, supervisão pedagógica, coordenação pedagógica, orientadora educacional ou pedagoga, sempre que necessário;

III. Os assuntos referentes à aluna ou ao aluno, metodologias, postura docente, entre outros, deverão ser tratados primeiramente com a professora ou com o professor;

IV. As (os) responsáveis deverão participar de todas as reuniões promovidas pela direção, professoras e/ou professores. A escola não se responsabilizará caso as decisões tomadas em reunião contrariem os interesses das (os) responsáveis ausentes.

**8.13.05 Uso do telefone:**

I. É necessário que a aluna ou o aluno tenha sempre um cartão telefônico em sua mochila para o uso do telefone público no portão da escola, caso necessário;

II. O telefone da escola somente será utilizado em casos urgentes;

III. Em casos de alunas e alunos que trouxerem celular para a escola, esta não se responsabilizará por qualquer dano ou perda;

IV. As (os) responsáveis que permitirem à aluna ou ao aluno trazer o aparelho para a escola, deverá orientá-la ou orientá-lo no sentido de que qualquer contato com a família só poderá ser realizado após comunicado à professora ou ao professor;

V. A Lei nº. 4.131, de 02 de maio de 2008, em seu artigo 1º, determina: *"Fica proibida a utilização de aparelhos celulares, bem como de aparelhos eletrônicos capazes de armazenar e reproduzir arquivos de áudio do tipo MP3, CDs e jogos, pelos alunos das escolas públicas e privadas de Educação Básica do Distrito Federal"*. O parágrafo único deste artigo diz: *"A utilização dos aparelhos previstos no caput somente será permitida nos intervalos e horários de recreio, fora da sala de aula"*. O artigo 3º da referida lei destaca: *"Caberá ao professor encaminhar à direção da instituição de ensino o aluno que descumprir o disposto nesta Lei"*;

VI. De acordo com a lei citada no item anterior, por decisão do Conselho Escolar, a partir do dia 17/06/13 a aluna ou o aluno que manusear aparelho celular durante a aula, sem permissão da professora ou do professor, ou que utilizar o aparelho no ambiente escolar para fins obscenos, criminosos, agressivos, ou que perturbem a ordem, terá seu aparelho confiscado por um período de 15 dias corridos e receberá advertência ou suspensão, de acordo com este Regimento. A retirada do aparelho na direção só poderá ser feita por alguma ou algum responsável legal;

VII. A aluna ou o aluno que necessitar trazer o celular para a escola deverá configurá-lo antes do início das aulas para o modo silencioso ou desligado.

**8.13.06 Material escolar:**

I. A aquisição do material de uso pessoal é de responsabilidade de mães, pais e/ou responsáveis e deverá ser reposto sempre que necessário;

II. O livro didático será fornecido pelo FNDE, devendo ser conservado e devolvido ao final do ano letivo ou no decorrer do ano em caso de transferência, em condições satisfatórias de uso;

III. Os livros consumíveis não precisam ser devolvidos após o final do ano letivo.

**8.13.07 Endereços e telefones para contato:**

I. Os endereços e telefones para contato devem ser sempre atualizados na secretaria;

II. A escola não fornece endereços e/ou telefones de alunas, alunos, professoras, professores, funcionárias e funcionários a terceiros.

**8.13.08 São direitos da aluna e do aluno:**

I. Respeito à sua dignidade como pessoa humana, independente de sua convicção religiosa, política ou filosófica, grupo social, etnia, sexo, nacionalidade e necessidade educacional especial;

II. Participar do processo de elaboração, de execução e de avaliação da Proposta Pedagógica;
III. Tomar ciência das Orientações Curriculares em vigor e opinar sobre seu desenvolvimento na instituição educacional;
IV. Conhecer as Diretrizes de Avaliação do Processo de Ensino e de Aprendizagem para a Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, bem como os critérios adotados pelas professoras e pelos professores na sua operacionalização;
V. Receber ensino de qualidade;
VI. Conhecer o resultado de seu desempenho escolar;
VII. Emitir opiniões e apresentar sugestões em relação à dinâmica escolar;
VIII. Ter reposição efetiva dos dias letivos e das aulas;
IX. Participação nas aulas e demais atividades promovidas pelo estabelecimento;
X. Orientação educacional, quando constatada a necessidade ou expresso o interesse;
XI. Assistência técnico-pedagógica, visando ao desenvolvimento global e harmônico;
XII. Oportunidade para participar de promoções sociais, culturais e desportivas;
XIII. Utilizar a biblioteca e outros meios auxiliares, de acordo com as normas internas;
XIV. Receber atendimento educacional especializado/sala de recursos, quando possuir diagnóstico de deficiência, de transtorno global de desenvolvimento e de altas habilidades/superdotação;
XV. Participar do Conselho de Classe, na forma deste Regimento e, quando eleito, do Conselho Escolar, conforme legislação vigente;
XVI. Organizar e participar de entidades estudantis.

**8.13.09 São deveres da aluna e do aluno:**

I. Conhecer e cumprir este Regimento;
II. Tratar com cortesia e respeito todas as funcionárias, todos os funcionários, alunas e alunos da escola;
III. Observar os preceitos de higiene individual e coletiva;

IV. Cumprir as normas construídas coletivamente pelas turmas;
V. Aplicar-se com responsabilidade ao estudo para melhor aproveitamento das oportunidades de ensino e de aprendizagem;
VI. Comparecer pontualmente às atividades escolares;
VII. Participar das atividades desenvolvidas na escola, inclusive aulas de reforço em horário oposto às aulas regulares, quando convocada ou convocado;
VIII. Usar o uniforme adotado pela Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, bem como a carteira de identificação escolar no turno e no contraturno, quando haja atividade pedagógica neste;
IX. Abster-se de praticar ou induzir a prática de atos que atentem contra pessoas e/ou contra o patrimônio da instituição educacional;
X. Zelar pela limpeza e conservação do ambiente escolar, instalações, equipamentos e materiais existentes na escola. As (os) responsáveis poderão ser responsabilizadas (os) financeiramente pelos prejuízos causados por suas filhas ou seus filhos ao patrimônio escolar. Conforme o caso, poderá ser exigido da aluna ou do aluno o reparo do dano causado.

**8.13.10 É vedado às alunas e aos alunos:**

I. Portar objetos ou substâncias que representem perigo para sua saúde, segurança e integridade física ou de outrem;
II. Utilizar aparelhos eletrônicos em sala de aula, salvo por orientação da professora ou do professor, com o objetivo de desenvolver atividades pedagógicas;
III. Promover, na instituição educacional, qualquer tipo de campanha ou atividade, sem prévia autorização da direção;
IV. Impedir colegas de participarem das atividades escolares ou incitá-los (as) à ausência;
V. Ocupar-se, durante as aulas, de atividades não compatíveis com o processo de ensino e de aprendizagem;

VI. Entrar na sala de aula ou dela sair sem a autorização da professora ou do professor;

VII. Praticar qualquer ato de discriminação ou "*bullying*" e suas modalidades – *ciberbullying*;

VIII. Usar bonés, chapéus ou toucas nas dependências da escola, além de outros adereços que impeçam a ampla visualização da face, feições e suas alterações.

**8.13.11 Regime disciplinar:**

O regime disciplinar é decorrente das disposições legais e das determinações do Regimento Escolar da SEEDF e das demais normas emanadas pela Secretaria de Estado de Educação, aplicáveis a cada caso. De acordo com esse documento, a instituição educacional deve:

I. Realizar, no início de cada ano letivo, reunião com mães e pais, alunas e alunos, professoras e professores, com o intuito de tornar conhecidas as normas que regem a instituição educacional;

II. Informar mães e pais, conviventes ou não com suas filhas e seus filhos e, se for o caso, as (os) responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento das alunas e dos alunos, bem como sobre a execução da Proposta Pedagógica da instituição educacional;

III. Convocar para reunião as mães, os pais ou as (os) responsáveis pelas alunas e pelos alunos que se encontram com desvio de comportamento, bem como baixo rendimento escolar ou inassiduidade para, junto com a instituição educacional, tomarem as medidas necessárias de intervenção e prevenção de futura reprovação ou transferência;

IV. Registrar todas as advertências atinentes às alunas e aos alunos, devendo suas responsáveis e seus responsáveis serem convocadas e convocados para o conhecimento das situações.

V. A aluna ou aluno, pela inobservância das normas contidas neste Regimento, e conforme a gravidade e/ou a reincidência das faltas, está sujeita ou sujeito às seguintes sanções:

- A - advertência oral;
- B - advertência escrita;
- C - suspensão, com tarefas escolares, de, no máximo, 3 (três) dias letivos, e/ou com atividades alternativas na instituição educacional;
- D - transferência por comprovada inadaptação ao regime da instituição educacional, quando o ato for aconselhável para a melhoria do desenvolvimento da aluna ou do aluno, da garantia de sua segurança ou de outras e outros.

VI. Cabe à professora ou ao professor a aplicação da sanção A – advertência oral e à direção as demais;

VII. As sanções aplicadas à aluna ou aluno e o atendimento a ela ou a ele dispensado são registrados em atas, assinadas por responsáveis no caso de a aluna ou aluno menor de idade, e na ficha individual da aluna ou do aluno, sendo vedado o registro no histórico escolar;

VIII. À aluna ou ao aluno que sofrer a sanção C - suspensão, implicando perda de provas, testes, trabalhos, é dada oportunidade de realizá-los logo após seu retorno às atividades escolares;

IX. As sanções podem ser aplicadas gradativamente, ou não, dependendo da gravidade ou reincidência da falta;

X. No caso de aplicação de sanções é garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, com a presença de uma ou um responsável, quando menor de idade;

XI. Às alunas e aos alunos com diagnóstico de deficiência ou com necessidades educacionais especiais em razão de suas condições físicas ou mentais que não cumprirem as normas contidas neste Regimento será adotado procedimento diferenciado, a ser definido em reunião de estudo de caso com o Conselho de Classe, contando com a participação da Orientação Educacional, do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, da professora da Sala de Recursos e de demais profissionais que auxiliem na identificação dos fatores subjacentes ao caso e nos encaminhamentos devidos.

**8.13.12 Uniforme:**

I. O uso do uniforme é obrigatório, pois facilita a identificação de alunas e alunos dentro e fora da escola, garantindo a sua segurança;
II. A cada ano letivo, a escola estabelece e divulga uma data limite para entrada de estudantes na escola sem uniforme;
III. O comparecimento à escola sem o uniforme adotado pela Rede Pública de Ensino do Distrito Federal não impede a aluna ou o aluno de participar das aulas, devendo o fato ser devidamente justificado por mães, pais ou responsáveis;
IV. Na impossibilidade de aquisição do uniforme escolar, as responsáveis ou os responsáveis deverão procurar a direção para buscar soluções conjuntas;
V. Quando da impossibilidade do uso do uniforme escolar, a aluna ou o aluno deverá trajar-se com vestimenta condizente com o ambiente escolar, de modo a permitir a realização das atividades, em especial, as que envolvem a prática de atividades físicas.

**8.13.13 Administração de medicamentos às alunas e aos alunos:**

Este Regimento se baseia nas orientações constantes na Circular N° 03/2014, de 22 de maio de 2014, expedida pela Coordenação de Saúde e Assitência ao Educando – COSAE, que fornece informações acerca da administração de medicamentos às alunas e aos alunos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. A partir desse documento, fica estabelecido:

I. A responsabilidade pela administração de um medicamento controlado prescrito para uma criança compete à adulta ou ao adulto (pai, mãe ou responsável) que é a compradora indicada ou comprador indicado no receituário, conforme Portaria N° 06/1999 – ANVISA;
II. Não há legislação que obrigue ou proíba a escola de ministrar o medicamento controlado ou não a alunas e alunos;
III. A escola poderá ou não assumir a responsabilidade de administrar medicamentos a alunas ou alunos;

IV. A escola, caso decida, administrará medicamentos somente com autorização por escrito de responsáveis legais pela aluna ou pelo aluno e mediante prescrição médica atualizada e com posologia (modo de usar);

V. Os medicamentos devem ser entregues na escola por responsáveis e, ao final do período da permanência da aluna ou do aluno na escola, devolvidos às mesmas ou aos mesmos em suas embalagens originais, com todas as informações do rótulo preservadas;

VI. A escola não deverá armazenar medicamentos nos períodos em que a criança medicada não estiver presente no ambiente escolar em atividades;

VII. No período em que os medicamentos entregues por responsáveis estiverem sob a guarda da escola, esta deverá mantê-los fora do alcance das crianças;

VIII. A escola somente poderá decidir administrar medicamentos por via oral ou tópica;

IX. Em casos de acidentes, a escola deverá sempre acionar as responsáveis ou os responsáveis pela aluna acidentada ou pelo aluno acidentado e, a depender da gravidade do caso, o Corpo de Bombeiros ou demais serviços médicos competentes;

X. A escola deverá elaborar e manter procedimentos ou protocolos escritos no estabelecimento para a execução dessa atividade, bem como buscar, junto aos Serviços de Saúde, capacitação para os membros envolvidos na administração de medicamentos às alunas e aos alunos;

XI. A profissional ou o profissional que não atentar para as normas e procedimentos constantes neste Regimento e agir por iniciativa própria diante de acidentes ou solicitações de administração de medicamentos isentará a escola da responsabilidade sobre seus atos individuais.

## 9 Concepções, práticas e estratégias de avaliação

As reflexões acerca das características do processo avaliativo do CEF PMRGS se dão com base nos pressupostos e fundamentos expostos e defendidos nas Diretrizes de Avaliação Educacional para a Rede Pública do Distrito Federal, com vistas ao triênio 2014/2016, bem como no Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Segundo esse documento, em seu Artigo 135, “a avaliação constitui elemento indissociável do processo educativo e visa acompanhar, orientar, regular e redirecionar o trabalho educativo”. A concepção de Educação defendida e almejada pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal é a de Educação Integral, que concebe as alunas e os alunos como seres únicos, singulares, multidimensionais, com identidade, história, desejos, necessidades e sonhos. Com base nessa visão, a concepção de avaliação formativa embasa e direciona os objetivos educacionais materializados nas salas de aula, de acordo com as Diretrizes de Avaliação Educacional para a Rede Pública do Distrito Federal (SEE/DF, p.07).

A concepção de Educação Integral, de acordo com o referido documento, provoca uma ruptura estrutural na lógica do poder punitivo comumente percebido nos processos avaliativos e fortalece a responsabilização com a Educação para a Diversidade, Cidadania, Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade – eixos estruturantes do Currículo em Movimento. Nesse sentido, a avaliação não deve ser sinônima de aplicação de provas e testes, confundindo-se com medida. “Medir é apenas uma pequena parte do processo avaliativo, correspondendo à obtenção de informações. Analisá-las para promover intervenções constantes é o que compõe o ato avaliativo” (SEE/DF, 2014, p.08). Nessa

perspectiva, concebe-se a avaliação como um processo biunívoco, por meio do qual, “enquanto se aprende se avalia e enquanto se avalia ocorrem aprendizagens por parte da professora e do professor, da estudante e do estudante” (idem).

A função formativa da avaliação contempla ações de acolher, apreciar e avaliar o que se ensina e o que se aprende. Nesse sentido, as finalidades da avaliação seriam: “avaliar para incluir, incluir para aprender e aprender para desenvolver-se” (idem, p.09), que retrata a perspectiva avaliativa adotada pela SEE/DF. Professoras, professores, alunas e alunos devem se envolver nas atividades de avaliarem e ser avaliadas (os). Um seguimento não deve ser excluído dessa tarefa em detrimento de outro. Dessa forma, acreditamos que o processo avaliativo possa favorecer as aprendizagens de todas e de todos, configurando-se num movimento dialético sinônimo de formação contínua. A mediação da professora e do professor é fundamental e pode ser decisiva, afinal ela e ele são, ao mesmo tempo, avaliadora e avaliador, pesquisadora e pesquisador da sua prática por refletir conjuntamente com as estudantes e os estudantes sobre os avanços e as dificuldades inerentes ao cotidiano das ações no interior da escola.

A intenção da avaliadora e do avaliador é o que define a função formativa da avaliação, e não o uso de determinado instrumento avaliativo. Por isso, defendemos a utilização de instrumentos, procedimentos e formas variadas no processo avaliativo, que corroborem para a conquista das aprendizagens por parte de todas as nossas alunas e de todos os nossos alunos. O uso de múltiplos procedimentos/instrumentos avaliativos possibilita às estudantes e aos estudantes o desenvolvimento das diferentes capacidades exigidas por cada um e cada uma. A adoção exclusiva de provas retira desses sujeitos essa oportunidade, além de constituir um dificultador para o processo de reflexão e tomada de decisões sobre sua própria aprendizagem.

De acordo com as Diretrizes referenciadas, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, além dos registros pessoais, a docente e o docente contam com instrumentos legais para a descrição do desempenho das estudantes e dos estudantes: o Registro de Avaliação – RAV – e o Registro do Conselho de Classe. Devem constar nesses documentos todas as informações referentes às aprendizagens já construídas e ainda não construídas pela estudante e pelo estudante, bem como as intervenções necessárias para progressão ininterrupta

desse processo. Assegurar a progressão continuada das aprendizagens se mostra imprescindível para reverter o cenário do fracasso escolar, uma vez que traz em seu bojo a avaliação formativa e assegura a todas e a todos o direito legal e inalienável de aprender e prosseguir seus estudos sem interrupções. A Vivência, estratégia adotada pela SEE/DF para o segundo ciclo da Educação Básica e assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, possibilita esse avanço, podendo promover estudantes para o ano escolar seguinte sempre que seu progresso se evidenciar. Ressalta-se que esse processo não ocorre dissociado de um processo avaliativo diagnóstico de caráter formativo.

Nos Anos Finais, as atividades pedagógicas e avaliativas que podem se adequar de forma satisfatória a um processo formativo são, por exemplo: observação, entrevistas, resolução de problemas, criação de documentários, filmagens, trabalhos em grupos, dramatizações, leituras e discussões coletivas, desafios à criatividade, avaliação por pares, portfólios, criação e gestão de blogs, sites, entre outras. Em contraposição a um sistema avaliativo que promove a fragmentação do conhecimento e a passividade do estudante e da estudante frente a ele, a avaliação formativa se apresenta como recurso pedagógico em condição de promover aprendizagens significativas e de instrumentalizar a aluna e o aluno para a construção do conhecimento, sob a mediação da professora ou do professor. Para tanto, é preciso superar as iniciativas individuais em prol de ações pedagógicas coletivas, articuladas dentro da escola por projetos interdisciplinares. Todos os sujeitos que participam da organização do trabalho pedagógico precisam revelar pelas suas práticas a intencionalidade de promover a avaliação formativa.

A Educação Especial é uma modalidade transversal que perpassa toda a Educação Básica, exige processos de avaliação que sejam pautados na função diagnóstica, que não podem ocorrer, apenas, na ocasião do ingresso das alunas e dos alunos. Se praticada de maneira processual e permanente a diagnose reforça e auxilia a avaliação formativa que atuará sobre as condições de aprendizagem e desenvolvimento de estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, antecipando situações de aprendizagem deterministas em relação ao destino escolar dessas e desses estudantes e estabelecendo condições de sucesso dos mesmos no ensino comum e apontando para o alcance do término de sua escolarização na Educação Básica.

A entrevista sistemática com mães, pais ou responsáveis que convivem com o estudante se torna elemento fortalecedor das análises e registros da avaliação da estudante e do estudante atendida e atendido nesta modalidade. A criação de portfólios, por estudantes e com a cooperação das famílias, potencializa a avaliação formativa em quaisquer das etapas em que a estudante e o estudante estiverem inseridas e inseridos.

No tocante aos exames em larga escala ou quaisquer outras formas de coleta de dados avaliativos ou não, as crianças e os adolescentes não podem ser excluídas e excluídos, outrossim, devem fazer parte de todo e qualquer movimento ou ação pedagógica que adentre a escola. A avaliação na educação especial tem o caráter formativo quando avalia para incluir e quando inclui para aprender.

A seguir detalharemos aspectos de alguns procedimentos e instrumentos utilizados em nossa escola para a prática avaliativa:

## 9.1 Provas

As provas são atividades escritas que incluem itens contextuais e instigantes. Podem requerer análise, justificativa, descrição, resumo, conclusão, inferência, raciocínio lógico. Usam enunciados com precisão de sentido no contexto e, quando for o caso, incluem imagem/figura, gráfico, tabela, texto etc. As questões apresentam conteúdos e informações que promovem aprendizagens enquanto são resolvidas. São elaboradas levando em conta os objetivos de aprendizagem e o nível em que se encontram as estudantes e os estudantes. Enquanto são elaboradas, definem-se os critérios de avaliação que, sempre que possível, são comunicados aos estudantes ou até mesmo escritos com a sua participação (VILLAS BOAS; LIMA *apud* SEE/DF, 2014, p.17).

> A construção da prova leva em conta os objetivos de aprendizagem e sua correção é feita por meio de critérios claros e conhecidos dos estudantes, para que ela constitua espaço-tempo de aprendizagens. Seus resultados são devolvidos aos estudantes (feedback) o mais rapidamente possível para que se programem as intervenções necessárias. Estas ações dão o toque da avaliação formativa que tem como objetivo a inclusão de todos no processo de aprendizagem. A prova se fortalece quando todo o seu processo (elaboração, aplicação, correção, feedback e uso dos resultados) se

> organiza coletivamente nos momentos de coordenação pedagógica. Importante lembrar: o processo avaliativo é de responsabilidade da escola e não de cada professor individualmente (SEE/DF, 2014, p.31).

Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental as provas não são utilizadas de forma sistemática, bem como a utilização de notas para mensurar as aprendizagens evidenciadas por meio desse instrumento avaliativo. Entretanto, as Diretrizes de Avaliação Educacional (SEE/DF, 2014, p.28) defendem que "notas ou conceitos podem conviver com a avaliação formativa, desde que não tenham fim em si mesmos, isto é, não sejam o elemento central nem os estudantes sejam incentivados a estudar com vistas à sua obtenção". Sua utilização não é consensual, porém bastante recorrente entre nossas professoras e nossos professores, que percebem a importância dessa prática especialmente como forma de divulgação dos resultados alcançados pelo processo de ensino e aprendizagem junto às famílias. Entretanto, são utilizadas outras atividades avaliativas ao longo dos bimestres, como portfólios e relatórios individuais de observação.

A propósito, segundo o Artigo 139 do Regimento Escolar, na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental a avaliação é realizada por meio da observação e do acompanhamento contínuo das atividades individuais e coletivas, com o objetivo de se constatar os avanços obtidos pela aluna e pelo aluno e o (re) planejamento docente, considerando as dificuldades enfrentadas no processo de ensino e aprendizagem, bem como a busca de soluções.

Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, o uso de provas e testes é aceito, porém esses instrumentos não devem ser os únicos a serem utilizados no processo de avaliação. A utilização desses e dos demais instrumentos adotados pelas professoras e pelos professores é regulamentada pelo Regimento Escolar:

> Art. 144. Os resultados bimestrais e finais da avaliação do processo de aprendizagem dos alunos do Ensino Fundamental – Séries e Anos Finais e do Ensino Médio, deverão ser expressos por meio de notas, que variam numa escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez).
> § 1º no caso de serem adotados testes/provas, como instrumento de avaliação, o valor a eles atribuído não poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) da nota final de cada componente curricular, por bimestre.
> §2º Somente a Média Final (MF) e a nota da Recuperação Final (RF) são arredondadas, obedecendo intervalos de 0,5 (cinco décimos), de acordo com o seguinte critério:

I - nos intervalos de 0,01 a 0,24 e de 0,51 a 0,74 o arredondamento é para menos;
II - nos intervalos de 0,25 a 0,49 e de 0,75 a 0,99 o arredondamento é para mais.
Art. 145. A Média Final (MF) em cada componente curricular é obtida por meio da média aritmética dos quatro bimestres letivos, de acordo com a seguinte fórmula:

$$MF = \frac{NB1 + NB2 + NB3 + NB4}{4}$$

MF – Média Final
NB1 – Nota do 1º Bimestre
NB3 – Nota do 3º Bimestre
NB2 – Nota do 2º Bimestre
NB4 – Nota do 4º Bimestre
Art. 146. A avaliação do processo de ensino e de aprendizagem e de recuperação contínua é de competência dos professores.
Parágrafo único. Os resultados da recuperação/avaliação contínua deverão ser devidamente registrados no Diário de Classe do professor quando de sua realização.

## 9.2 Dever de Casa

O dever de casa é utilizado no CEF PMRGS como forma de introduzir, aprofundar ou concluir algum conteúdo. Defendemos a adoção de estratégias como a utilização de atividades significativas, criativas, em doses razoáveis e diferenciadas de acordo com o desempenho de cada estudante. Deve-se estabelecer e manter um diálogo reflexivo com as famílias, a respeito dessa atividade, a fim de que seus objetivos sejam alcançados. As alunas e os alunos devem levar o dever de casa tendo a clareza do que se quer por meio dele, tendo já recebido a explicação necessária para sua execução fora da sala de aula.

Em nenhuma hipótese o dever de casa deverá representar, por sí só, o ensino de determinado conteúdo. Sua explicação deve preceder sua aplicação, em um contexto de planejamento pedagógico intencional. Em consonância com as Diretrizes de Avaliação Educacional da SEE/DF (2014, p.21-22), sugerimos que o dever de casa seja representado por tarefas ou atividades constantes dos livros didáticos ou outros, pesquisas bibliográficas, pesquisas de campo, entrevistas, observações de fenômenos, elaboração de textos, revistas, jornais, hipertextos, montagem de maquetes, peças teatrais, paródias, análise de imagens e até testagem de hipóteses que servirão para aprofundar o conhecimento. Dependendo do planejamento e da intenção voltada à aplicação do dever de casa, ele deve ser

corrigido de forma individual ou coletiva, de maneira que possa fornecer informações favoráveis ao processo avaliativo e ao alcance de novas aprendizagens.

**9.3 Recuperação**

De acordo com as Diretrizes de Avaliação Educacional da SEE/DF (2014, p.23-24), a "recuperação de estudos" é prevista na Lei nº 9.394/96, em seu artigo 12, inciso V, para "prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento". Assim concebida, ela se destina à obtenção de nota que possibilite ao estudante ser promovido de um ano a outro. Um longo caminho precisa ser percorrido para que ela se associe à avaliação formativa.

Para que se inicie a construção desse entendimento e a prática correspondente, recomenda-se a realização de intervenções pedagógicas contínuas junto a todas as estudantes e a todos os estudantes, sempre que suas necessidades de aprendizagem forem evidenciadas. Desse modo, o avanço das aprendizagens ocorrerá de forma tranquila, sem lacunas, sem tropeços e sem aligeiramento, de acordo com as condições de aprendizagem de cada estudante. Este é o papel da escola democrática, comprometida com as aprendizagens de todas e de todos. Orienta-se que se utilize a avaliação diagnóstica permanentemente para constatar as necessidades de cada estudante e que se organize os meios de mantê-la e mantê-lo em dia com suas aprendizagens. A autoavaliação pelas estudantes e pelos estudantes é importante aliada nesse processo.

O registro da intervenção processual (recuperação) será realizado nos diários, em que constarão as necessidades apresentadas pelos estudantes e os relatos das atividades realizadas para a promoção do seu avanço. A intervenção poderá ser conduzida por meio de atividades diversificadas, no horário de aulas ou no contraturno, assim como por meio de reagrupamentos, projetos interventivos e outros recursos criados pela escola, sempre considerando a etapa e as condições de aprendizagem em que as estudantes e os estudantes se encontram. A nota ou conceito deve resultar do que foi aprendido ao longo do percurso. Reitera-se: não se deve esperar pelo término de uma semana, de um bimestre, semestre ou ano letivo para oferecer as intervenções necessárias. Elas devem ocorrer desde o primeiro dia de aula, de forma contínua.

No CEF PMRGS, além das atividades de avaliação que devem ser realizadas ao longo dos bimestres, exige-se que seja garantida nova oportunidade às alunas e aos alunos, após realizarem as provas bimestrais, de recuperarem suas notas antes que sejam lançadas nos boletins. Dessa forma, após a realização das provas são realizadas atividades de recuperação em todas as disciplinas. Contudo, vale ressaltar que as atividades de recuperação necessárias às aprendizagens, na visão de avaliação formativa, compreende muito mais que a mera alteração de notas. Requer, outrossim, um esforço coletivo voltado à garantia das aprendizagens esperadas para cada ano e período, ao domínio das habilidades, competências e conteúdos para a análise final de resultados no componente curricular.

Sobre o processo de recuperação, o Regimento Escolar (2009) regulamenta:

> Art. 167. A recuperação, de responsabilidade direta do professor, sob o acompanhamento da Direção da instituição educacional e da Diretoria Regional de Ensino, com o apoio da família, destina-se ao aluno com aproveitamento insuficiente, considerando o sistema de avaliação adotado neste Regimento Escolar.
> Art. 168. A recuperação é oferecida nas seguintes formas:
> I - contínua, inserida no processo de ensino e de aprendizagem, no decorrer do período letivo, assim que identificado o baixo rendimento do aluno;
> II - final, realizada após o término do semestre/ano letivo, para o aluno que não obteve aproveitamento suficiente em até 3 (três) componentes curriculares, exceto para os alunos de Classes de Aceleração de Aprendizagem e para os alunos do Ensino Fundamental – anos/séries iniciais.
> Art. 169. A recuperação contínua não pressupõe a realização de provas específicas com a finalidade de alterar notas já obtidas, mas de determinar o domínio das habilidades, competências e conteúdos para a análise final de resultado no componente curricular.
> Art. 170. A recuperação final não se aplica a aluno retido em uma série ou componente curricular do segmento em razão de frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas, semestrais ou anuais.
> Art. 171. O aluno dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, com aproveitamento insuficiente em mais de 3 (três) componentes curriculares pode ser encaminhado à recuperação final, a critério do Conselho de Classe, mediante análise circunstanciada de cada caso.
> Art. 172. O aluno é promovido quando, após a recuperação final, obtiver em cada componente curricular nota igual ou superior a 5,0 (cinco).
> Art. 173. A nota da recuperação final substitui o resultado anterior, expresso pela média final, se maior.

> Art. 174. O resultado da recuperação final é registrado no diário de classe, em ata própria e na ficha individual do aluno, sendo comunicado ao interessado por meio de instrumento próprio.
> Art. 175. A instituição educacional, de acordo com sua Proposta Pedagógica e com o interesse da comunidade escolar, pode utilizar o espaço reservado à coordenação pedagógica para também oferecer estudos de recuperação.

### 9.4 Reforço Escolar

O reforço escolar deve ser oferecido semanalmente, no contraturno das aulas regulares, às alunas e aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem ou necessidade de recuperação da aprendizagem de algum conteúdo. A eficácia da seleção das alunas e dos alunos que precisam participar das aulas de reforço dependerá diretamente da eficácia do processo avaliativo. Parte indispensável do processo de recuperação de estudos e da aprendizagem para muitas alunas e muitos alunos, o reforço escolar deve ser contemplado no planejamento das professoras e dos professores, acompanhado pela coordenação pedagógica e pela direção.

O reforço escolar deve envolver o número máximo de três estudantes em cada aula, de acordo com as necessidades percebidas por meio do diagnóstico realizado pela professora ou pelo professor, e contemplar metodologias diversificadas que procurem atingir as lacunas não preenchidas pelas aulas regulares. O oferecimento dessas aulas submete-se a uma escala de utilização organizada pela coordenação pedagógica para facilitar o acesso de todas e todos que necessitarem desse procedimento.

### 9.5 Conselho de Classe

O Conselho de Classe acontece ordinariamente, em nossa escola, uma vez por bimestre, após a aplicação e correção das últimas atividades avaliativas e atividades para recuperação. Trata-se de uma reunião com a participação da direção, supervisão pedagógica, coordenação pedagógica, professora da sala de recursos, psicóloga, pedagoga, orientadora educacional, professoras readaptadas, professoras e professores regentes, a fim de compartilharem os resultados

alcançados no bimestre e refletirem sobre eles, com vistas à superação das dificuldades e a busca conjunta de soluções.

O Conselho é realizado antes da Reunião Bimestral com Mães e Pais, de forma que os alcances e limites sejam compartilhados por todos os seguimentos mesmo que em momentos separados. A participação das famílias nos Conselhos não tem sido incentivada devido a características culturais e sócioeconômicas da comunidade local, que não favorecem tal participação sistemática. Entretanto, a escola vem reunindo esforços para estreitar os laços entre a escola e a comunidade nesse sentido.

No Conselho são discutidos aspectos das aprendizagens e das práticas pedagógicas, por turma. A professora ou o professor específico de cada turma, no caso dos Anos Iniciais, e as professoras e os professores das diversas disciplinas, no caso dos Anos Finais, são responsáveis por apresentar atividades corrigidas, trabalhos e ou notas das alunas e dos alunos, bem como relatos das experiências vividas e outras anotações que se fizerem necessárias à análise de cada situação. A professora e o professor não deve excluir-se de manifestar seu posicionamento a respeito de cada situação analisada, haja vista que ela ou ele dispõe de mais recursos favoráveis a um posicionamento eficiente, dada sua convivência com as alunas e os alunos no dia a dia. Entretanto, as demais profissionais e os demais profissionais participantes do Conselho não devem se furtar ao dever de emitir suas opiniões para contribuir com a análise conjunta de cada situação. Toda a discussão deve pautar-se em uma abordagem dialógica e democrática, a fim de garantir a participação de todas e de todos.

As situações pontuadas no Conselho pelas professoras e pelos professores dos Anos Iniciais e Finais são registradas em livro-ata específico, por algum membro da direção, da supervisão pedagógica ou da coordenação pedagógica. Além desse registro, cada turma dos Anos Iniciais dispõe de formulário específico expedido pela SEE/DF para registro das informações gerais da turma, que devem ser compartilhadas no Conselho pela professora ou pelo professor. Todos esses registros são arquivados na direção da escola para eventuais consultas, comunicação às famílias e tomada de atitudes que se fizerem necessárias.

## 9.6 Avaliação Institucional

De acordo com as Diretrizes de Avaliação Educacional (SEE/DF, 2014, p.35), a avaliação institucional pode ser compreendida como avaliação do trabalho da escola e se destina a analisar o desenvolvimento do seu projeto político-pedagógico, para identificar suas potencialidades e fragilidades e encontrar meios que garantam a qualidade social do trabalho escolar. A reflexão coletiva é imprescindível para que novas ações sejam estabelecidas em função da realidade e das necessidades dos seus atores, de forma a promover as aprendizagens das estudantes, dos estudantes e das profissionais e dos profissionais que atuam na escola. Trata-se de uma autoavaliação pela escola. Sua articulação com os outros dois níveis se faz, inclusive, quando traz para o centro da discussão os processos e procedimentos utilizados para realização dos trabalhos no interior da escola. A avaliação institucional, defendida pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, analisa, retoma, reorganiza os processos utilizados na avaliação para as aprendizagens. Ela procura instruir e melhorar as concepções e práticas que se materializaram na avaliação que ocorreu no cotidiano da sala de aula. Ao trazer para o espaço da coordenação pedagógica e do conselho de classe os dados emanados dos exames externos, a avaliação institucional abre agenda para análises e reflexões mais amplas. É neste momento que se entende onde se localiza a mediação capaz de ser realizada por meio da avaliação institucional.

Em vista disso, o CEF PMRGS procura atentar-se para a importância da avaliação institucional, como forma de promover a participação de todos os seguimentos da comunidade escolar nas decisões a acerca dos rumos que a escola deve seguir, o que deve ser mantido, alterado ou acrescentado ao Projeto Político-Pedagógico da escola.

Os eventos específicos com vistas a esse nível de avaliação são realizados ao longo do ano letivo, em dias previstos para esse fim, de acordo com o calendário escolar elaborado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal. Geralmente, são elaborados questionários com perguntas abertas, direcionados a representantes dos vários seguimentos que compõem a comunidade escolar, a fim de serem colhidas opiniões, críticas e sugestões acerca do trabalho desenvolvido pela escola. Também

são realizadas assembleias participativas em que se apresenta e discute o PPP e possíveis propostas de revisão. Às representantes e aos representantes dos diversos seguimentos é franqueada a palavra para expor suas contribuições. Entretanto, essa avaliação ocorre também em outros momentos, como a coordenação pedagógica, coordenações coletivas, Conselhos de Classe, reunião com mães e pais, reuniões do Conselho Escolar e outros.

## 10 Organização curricular

O currículo pode ser considerado o cerne da educação escolar. Quando é concebido e elaborado sob a visão de construção social do conhecimento, resultante de forças sociais, políticas e pedagógicas que expressam a sistematização e a construção dos conhecimentos historicamente produzidos, torna-se ferramenta promissora para a garantia da eficácia do trabalho escolar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LBDN 9394/96 preconiza que o aprimoramento da educanda e do educando como pessoas humanas deve destacar a ética, a autonomia intelectual e o pensamento crítico. Neste sentido, o currículo deve contemplar a vida sócio-político-cultural da sociedade e suas transformações. Demonstrar, por meio das instituições de ensino, uma prática que revele os compromissos com os sujeitos, com a história, com a sociedade e com os movimentos culturais.

No contexto atual, de globalização econômica e cultural, urge que o currículo seja visto como instrumento mediador da relação escola/cultura/sociedade, dentro de um enfoque abrangente e complexo no sentido de contribuir para a formação e exercício da cidadania pelas alunas e pelos alunos, com base em princípios humanísticos, éticos e democráticos.

Em vista disso, o CEF PMRGS lança mão do Currículo em Movimento da Educação Básica das Escolas Públicas do Distrito Federal, ao qual está legitimamente sujeito, para elaborar o planejamento pedagógico anual com as devidas ressalvas e adaptações necessárias à realidade local da instituição.

Para que a organização curricular seja melhor integrada à realidade, é necessário dar enfoque em temas ou conteúdos atuais e relevantes socialmente e em constante renovação, dada a plasticidade da sociedade: necessidades, descobertas, possibilidades, inquietudes, conforme destaca o PPP Carlos Mota (2013, p.125). Daí a necessidade de termos eixos para o trabalho. Nesta perspectiva, o Currículo em Movimento da SEE/DF se sustenta em três eixos axiológicos principais: diversidade, cidadania e sustentabilidade humana. A partir dessa visão, os conteúdos e procedimentos são articulados entre si, em uma perspectiva de unidade e progressividade, com vínculo direto com sua função social.

O CEF PMRGS leva em consideração esses eixos e os insere na prática pedagógica por meio da transversalidade. Procuramos considerá-los nas relações interpessoais, na forma de comunicação intra e interescolar, nos projetos desenvolvidos e nas abordagens pedagógicas e disciplinares. As discussões a respeito desses eixos e a forma como a escola pode lançar mão deles para o aperfeiçoamento da prática e a execução integral das concepções defendidas neste Projeto Político-Pedagógico estão evoluindo na medida em que buscamos inovar e aperfeiçoar nossas práticas, em consonância com os novos desafios que são propostos à escola.

A escola tem se esforçado para que a educação para e na diversidade, a cidadania, a educação em e para os direitos humanos e para a sustentabilidade sejam alvo de constantes estudos, formação continuada e reflexão entre nossas e nossos profissionais. A cada dia percebemos novas práticas, novos hábitos e novos comportamentos que vão sendo moldados pelos novos saberes que são agregados a partir dos estudos a respeito dessas temáticas. A Biblioteca Escolar Paulo Freite tem sido alcançada com livros de literatura infanto-juvenis que contribuem para o enfoque em saberes humanistas e sustentáveis, além de outros recursos e estratégias que a escola dispõe para contribuir com essa formação: coordenações coletivas, eventos temáticos, sala de xadrez, projetos de iniciação esportiva, espaço verde, sala de multimídia e laboratório de informática.

No viés da interdisciplinaridade e da transversalidade são desenvolvidos ao longo do ano os seguintes projetos: Intervalo Dirigido, Horta Escolar, Xadrez, Basquete, Escola de Mães e Pais, Biblioteca para Todas e Todos, Ação de Cidadania e Educação Ambiental, Semana de Educação para a Vida, Jogos Interclasses e Eventos Temáticos: Festa da Família, Festa Junina, Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência, Dia da Estudante e do Estudante, Festa das Professoras e dos Professores, Dia Nacional da Consciência negra.

## 11 Acompanhamento e Avaliação do Projeto Político-Pedagógico

Este Projeto Político-Pedagógico, bem como sua execução, serão avaliados cotidianamente nas coordenações coletivas e setorizadas, nas reuniões bimestrais com mães, pais e responsáveis, nas assembleias do Conselho Escolar, nas reuniões do Conselho de Classe e nos eventos específicos da Avaliação Institucional previstos no Calendário Escolar da SEEDF.

As avaliadoras e os avaliadores deste projeto compreendem todos os membros da comunidade escolar, seja por representação dos devidos seguimentos ou invididualmente. A participação de todas e de todos no processo avaliativo da escola certamente garantirá o maior nível de satisfação. Por isso, a escola deve unir esforços para envolver o maior número de participantes nas atividades avaliativas, bem como em se propor a analisar e compartilhar com os devidos pares todas as considerações levantadas por seus e suas participantes.

Os registros dessas considerações são diversos. A direção mantém um Caderno de Registro direcionado às famílias que quiserem registrar suas queixas, reclamações, elogios ou sugestões, que pode ser acessado a qualquer momento. As considerações levantadas em reuniões setorizadas são registradas em suas devidas atas. As considerações relativas à Avaliação Institucional são registradas em questionários escritos, em livros de registro específicos e seus resultados são compartilhados em edições posteriores.

## 12 Considerações Finais

Este Projeto Político-Pedagógico baseia-se na ideia de que uma gestão de qualidade, baseada nos princípios do diálogo, da democracia e da excelência, possibilita o aperfeiçoamento do desempenho pedagógico e administrativo, buscando desenvolver ações significativas para o crescimento da escola enquanto grupo e agente social, das alunas e dos alunos enquanto sujeitos, proporcionando-lhes oportunidades de aquisição de conhecimentos em consonância com suas reais necessidades socioculturais.

Contribuir para a formação de cidadãs e cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, capazes de atuar na transformação da realidade em que estão inseridas e inseridos, garantindo-lhes uma base de conhecimentos que proporcione maior conscientização de seu papel no desenvolvimento de uma sociedade sustentável, respeitadora, combatente contra preconceitos de qualquer natureza e acolhedora da diversidade humana. Conhecimento que proporcione também a ampliação das condições de acesso ao mundo do trabalho, bem como mudanças de comportamento que motivem a busca por melhores condições de vida para si e para sua coletividade, é a missão que elegemos para a escola que queremos.

Para que possamos cumprir a nossa missão, perseguindo os nossos objetivos, esperamos que todos os sujeitos envolvidos no processo educativo em nossa escola demonstre engajamento total, de tal maneira que cada prática possa ser sinônima de um trabalho de qualidade e que reflita a excelência profissional e humanística de cada colaboradora e colaborador. Dessa forma, procuramos imprimir a cada projeto e em cada setor, a marca da superação e do enfrentamento às dificuldades que a realidade nos impõe, sendo esta uma característica de nossa escola que, ao longo de sua história sempre enfrentou grandes desafios sem, contudo, furtar-se à sua nobre e espinhosa tarefa de contribuir para o desenvolvimento social e humano de sua comunidade.

## 13 Referências Bibliográficas

COELHO, Nara; ORZECHOWSKI, Suzete Terezinha. **A Função Social da Escola Pública e suas Interfaces.** In: X Congresso Nacional de Educação - EDUCERE; I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividades e Educação - SIRSSE. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 07 a 10 de novembro de 2011. Acesso em: 04 abr 2014. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/6443_3792.pdf.

DELORS, Jacques. **Educação, um tesouro a descobrir.** Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. 9. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC-UNESCO, 2004.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. 10. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2005.

NAVARRO, Adriana de Almeida; PEDROSA, Júlio César da Assunção (Tradução e Adaptação). **Guia de Ação Docente**. São Paulo: Grupo Cultural, 2005.

PIAGET, Jean. **A epistemologia genética**: sabedoria e ilusões da Filosofia. Problemas de psicologia genética. Tradução: Nathanael C. Caixeiro; Zilda Abujamra Daeir; Célia E. A. Di Piero. São Paulo: Victor Civita, 1983.

SANT'ANA, José Antônio. **Educar para a Diversidade, Valores e Atitudes**. Acesso em: 29 abr 2013. Disponível em: http://www.ipv.pt/millenium/16_va11.htm.

SEEDF. **Currículo dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental das escolas públicas do Distrito Federal**, Currículo em Movimento, Terceiro Ciclo, Livro 4 (Versão para validação). Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Acesso em: 25 abr 2013. Disponível em: http://www.se.df.gov.br/?page_id=6762.

_____. **Diretrizes de Avaliação Educacional – Triênio 2014 – 2016**, Versão para validação junto às CRE's e GREB's. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Org. LIMA, Erisevelton Silva. SEEDF: Brasília-DF, 2014.

_____. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB**. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Acesso em: 25 abr 2013. Disponível em: http://www.se.df.gov.br/?page_id=6762.

_____. **Orientação Pedagógica: Projeto Político-Pedagógico e Coordenação Pedagógica nas Escolas**. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Brasília, 2014.

_____. **Programa de Descentralização Administrativa e Financeira - PDAF**. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Programas e Projetos. Acesso em: 25 abr 2013. Disponível em: http://www.se.df.gov.br/?page_id=218.

_____. **Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE**. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Programas e Projetos. Acesso em: 25 abr 2013. Disponível em: http://www.se.df.gov.br/?page_id=558.

_____. **Projeto Político – Pedagógico Professor Carlos Mota**. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Brasília, 2013.

_____. **Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. 5 Ed. Brasília, 2009.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A construção do pensamento e da linguagem**. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. Tradução: Cristina Carvalho. Lisboa: Edições 70, 1995.

WIKIPÉDIA, A enciclopédia livre. **Teorias da Aprendizagem**. Acesso em: 25 abr 2013. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Teorias_da_aprendizagem.

# APÊNDICES

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**
**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**
**COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE CEILÂNDIA**
**CEF PROFESSORA MARIA DO ROSÁRIO GONDIM DA SILVA**

## Plano de Ação para o Desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico 2018 - 2021

| OBJETIVOS | METAS | AÇÕES | AVALIAÇÃO DAS AÇÕES | RESPONSÁVEIS | CRONOGRAMA |
|---|---|---|---|---|---|
| **Gestão Pedagógica** | | | | | |
| • Focalizar a aprendizagem em todos os níveis de ensino;<br>• Reforçar a aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática;<br>• Melhorar o desempenho escolar dos estudantes;<br>• Reduzir os índices de evasão e repetência com ênfase na avaliação para as aprendizagens.<br>• Estimular metodologias em sala de aula que garantam uma participação mais efetiva dos estudantes na construção do conhecimento. | • Utilizar os tempos e espaços da coordenação pedagógica para planejar e organizar atividades que estimulem a permanência do estudante na escola com vistas à aprendizagem significativa.<br>• Oferecer um ensino de qualidade que favoreça o bom desenvolvimento integral dos estudantes. | • Realizar o direcionamento curricular semestral, com os temas Qualidade de Vida e Inclusão;<br>• Zelar pelo cumprimento do calendário escolar, garantindo os dias letivos previstos;<br>• Garantir o cumprimento do Regimento Escolar, do Currículo em Movimento e das Diretrizes de Avaliação Educacional da SEEDF;<br>• Lançar mão das estratégias didático-pedagógicas que constam da Organização do Trabalho Pedagógico na modalidade Ciclo tais como: | • Nas coordenações coletivas e nos Conselhos de Classe. | • Direção, coordenação local, professoras e professores. | • No decorrer do ano letivo. |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Contrato didático;<br>Grupos de verbalização e observação;<br>Debates;<br>Tempestade de ideias;<br>Reagrupamento intraclasse e interclasses;<br>Projeto interventivo e outros.<br>• Participar das Olimpíadas de Matemática.<br>• Incentivar a participação dos estudantes no “Projeto Leitor de Ouro” e Jornada Literária.<br>• Fomentar as aprendizagens significativas através do Projeto Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEEP) em parceria com o SEBRAE. | | | |
| **OBJETIVOS** | **METAS** | **AÇÕES** | **AVALIAÇÃO DAS AÇÕES** | **RESPONSÁVEIS** | **CRONOGRAMA** |

| Gestão de Resultados Educacionais | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| • Melhorar a qualidade da educação oferecida em nossa instituição;<br>• Garantir que todas as crianças sejam alfabetizadas na idade certa, até os oito anos. | • Alcançar, no mínimo, a média 6,2 pontos na avaliação do IDEB em 2019 e 6,4 em 2021.<br>• Alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade. | • Confeccionar materiais diversificados de estudo;<br>• Adquirir materiais pedagógicos diferenciados;<br>• Estimular metodologias alternativas;<br>• Oferecer condições de trabalho favoráveis ao melhor desenvolvimento do trabalho de nossos profissionais;<br>• Investir na aquisição de materiais para propiciar aulas diferenciadas por parte dos docentes;<br>• Favorecer e estimular a formação continuada de nossos profissionais na própria escola, por meio de parcerias com profissionais especializados.<br>• Lançar mão das estratégias didático-pedagógicas que constam da Organização do Trabalho Pedagógico na modalidade Ciclo tais como: | • Assembleias gerais escolares, reuniões coletivas, assembleias do Conselho Escolar e do Conselho de Classe. | • Direção e coordenação pedagógica local. | • Durante o ano letivo. |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Contrato didático;<br>Grupos de verbalização e observação;<br>Debates;<br>Tempestade de ideias;<br>Reagrupamento intraclasse e interclasses;<br>Projeto interventivo e outros. | | | |
| **OBJETIVOS** | **METAS** | **AÇÕES** | **AVALIAÇÃO DAS AÇÕES** | **RESPONSÁVEIS** | **CRONOGRAMA** |
| **Gestão Participativa** | | | | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| • Continuar melhorando a qualidade da participação das famílias na escola;<br>• Respeitar e executar os projetos valorizando sempre as decisões coletivas. | • Ampliar a participação dos membros dos diversos seguimentos da comunidade escolar na gestão, perseguindo a meta de 75% de participação entre as (os) profissionais da escola e 50% entre estudantes, mães e pais. | • Buscar parceria com o Governo Federal para trazer o programa Escola Aberta para nossa instituição;<br>• Dar continuidade e desenvolver os novos projetos elencados neste PPP, com a participação de professoras e professores, servidoras e servidores, alunas e alunos, mães, pais e responsáveis, buscando na comunidade parcerias com empresários, especialistas em assuntos de interesse da escola como ente social. | • Assembleias gerais escolares, reuniões coletivas, assembleias do Conselho Escolar. | • A direção e o Conselho Escolar. | • Durante o ano letivo. |
| **OBJETIVOS** | **METAS** | **AÇÕES** | **AVALIAÇÃO DAS AÇÕES** | **RESPONSÁVEIS** | **CRONOGRAMA** |
| **Gestão de Pessoas** | | | | | |
| • Estabelecer a cultura de | • Atingir o melhor grau de | • Oferecer palestras e cursos | • Assembleias gerais | • A direção, a | • Durante o ano letivo. |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| paz entre estudantes e profissionais que trabalham na escola;<br>• Melhorar o desempenho de todos os profissionais envolvidos no processo educacional desta instituição de ensino. | satisfação do nosso público alvo em relação ao desempenho dos profissionais desta instituição. | para professoras e professores, servidoras e servidores, alunas e alunos, mães, pais e responsáveis, visando o atendimento às pessoas com deficiência;<br>• Zelar pelo cumprimento dos deveres e pela garantia dos direitos de todos os profissionais da instituição e demais membros da comunidade escolar. | escolares, reuniões coletivas, assembleias do Conselho Escolar. | coordenação pedagógica local, o Conselho Escolar e toda a comunidade escolar. | |
| **OBJETIVOS** | **METAS** | **AÇÕES** | **AVALIAÇÃO DAS AÇÕES** | **RESPONSÁVEIS** | **CRONOGRAMA** |
| **Gestão Financeira** | | | | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| • Zelar pela manutenção periódica dos prédios e espaços da escola;<br>• Zelar pela transparência no trato da coisa pública;<br>• Dar a maior publicidade possível e prudente à prestação de contas;<br>• Concluir o parque infantil;<br>• Manter os jogos e brinquedos para o projeto Intervalo Dirigido. | • Arrecadar recursos financeiros, durante o pleito, suficientes para a aquisição de bens duráveis e não duráveis, necessários ao processo pedagógico e administrativo, não previstos na aplicação do PDAF;<br>• Otimizar o uso das verbas públicas destinadas à escola;<br>• Angariar recursos com estratégias como empréstimo da escola para concursos, revitalização da APM e realização de almoços (galinhada e feijoada) em eventos especiais. | • Dialogar com todos os seguimentos da comunidade escolar e eleger as prioridades para o investimento dos recursos da escola, por meio da participação democrática;<br>• Adquirir equipamentos tecnológicos para a escola;<br>• Adquirir assinatura de revistas e jornais para a biblioteca Paulo Freire;<br>• Requerer, junto à CREC e à SEEDF, a cobertura da quadra esportiva da escola;<br>• Prestar contas de todos os gastos e investimentos na escola sempre em reuniões coletivas e nas assembleias do Conselho Escolar, sempre após a realização de eventos e encerramento de períodos de arrecadação;<br>• Manter e conservar em perfeito estado de uso os equipamentos que a escola já adquiriu;<br>• Aperfeiçoar a arrecadação de recursos da Associação de Pais e Mães – APM. | • Assembleias gerais escolares, reuniões coletivas, assembleias do Conselho Escolar. | • A direção, a coordenação pedagógica local e o Conselho Escolar | • Durante o ano letivo. |
| **OBJETIVOS** | **METAS** | **AÇÕES** | **AVALIAÇÃO DAS AÇÕES** | **RESPONSÁVEIS** | **CRONOGRAMA** |
| **Gestão Administrativa** | | | | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| • Melhorar a qualidade do atendimento à comunidade;<br>• Aperfeiçoar a limpeza e a manutenção da escola;<br>• Dar celeridade aos processos através dos sistemas implementados.<br>• Otimizar os serviços de conservação e limpeza. | • Tornar o CEF PMRGS uma escola modelo na prestação de serviços administrativos e educacionais. | • Reorganizar arquivos e documentos por meio de mutirões;<br>• Gerir junto à CREC e à SEEDF o aumento do número de servidoras e servidores, tendo por base os casos de aposentadoria e readaptação;<br>• Favorecer e incentivar a participação das servidoras e dos servidores da Carreira Assistência em cursos de formação continuada, com vistas ao aperfeiçoamento profissional. | • Assembleias gerais escolares, reuniões coletivas, reuniões específicas com servidoras e servidores, assembleias do Conselho Escolar. | • Direção, secretaria, supervisão administrativa e pedagógica. | • Durante todo o ano letivo. |

**Projetos Pedagógicos Desenvolvidos na Escola**

| PROJETO | OBJETIVOS | PRINCIPAIS AÇÕES | PROFESSORAS OU PROFESSORES RESPONSÁVEIS | AVALIAÇÃO DO PROJETO E NO PROJETO |
|---|---|---|---|---|

•

•

as (Teatros, filmes, músicas, dinâmicas etc.;Buscar parceria com a comunidade, para execução de atividades voluntárias;

| PROJETO | OBJETIVOS | PRINCIPAIS AÇÕES | PROFESSORAS OU PROFESSORES RESPONSÁVEIS | AVALIAÇÃO DO PROJETO E NO PROJETO |
|---|---|---|---|---|

•

biblioteca), para leitura, um espaço agradável para leitura e pesquisas, para que os alunos sintam-se atraídos a frequentá-la;

| PROJETO | OBJETIVOS | PRINCIPAIS AÇÕES | PROFESSORAS OU PROFESSORES RESPONSÁVEIS | AVALIAÇÃO DO PROJETO E NO PROJETO |
|---|---|---|---|---|

| |
|---|
| |
| • conhecimento do processo de vida depende do ambiente e o ambiente depende de cada cidadão e cidadã deste planeta; |
| |
| |
| |

| PROJETO | OBJETIVOS | PRINCIPAIS AÇÕES | PROFESSORAS OU PROFESSORES RESPONSÁVEIS | AVALIAÇÃO DO PROJETO E NO PROJETO |
|---|---|---|---|---|

projeto consistiu na escolha e orçamento dos brinquedos. Em seguida procedeu-se à compra como especificado abaixo.

| PROJETO | OBJETIVOS | PRINCIPAIS AÇÕES | PROFESSORAS OU PROFESSORES RESPONSÁVEIS | AVALIAÇÃO DO PROJETO E NO PROJETO |
|---|---|---|---|---|

•

extos, discussões com o auxílio da coordenação pedagógica e dos Ênfase no projeto com aula inaugural planejada em espaços coletivos com a presença de escritor (a).

| PROJETO | OBJETIVOS | PRINCIPAIS AÇÕES | PROFESSORAS OU PROFESSORES RESPONSÁVEIS | AVALIAÇÃO DO PROJETO E NO PROJETO |
|---|---|---|---|---|

uscar o autoconhecimento, novas aprendizagens, além do espírito de coletividade.

observador para que possam *ide*ntificar, ao seu redor, oportunidades de inovações, mesmo em situações desafiadoras.

## Plano de Ação/Organização do Trabalho Pedagógico da Coordenação Pedagógica dos Anos Iniciais – 2018

| OBJETIVOS ESPECÍFICOS | AÇÕES/ ESTRATÉGIAS | PARCERIAS ENVOLVIDAS NAS AÇÕES | PÚBLICO | CRONOGRAMA | AVALIAÇÃO DAS AÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|
| • Orientar as ações pedagógicas do cotidiano escolar;<br>• Propor meios, formas e projetos para sanar as dificuldades diagnosticadas no corpo discente;<br>• Possibilitar a participação dos docentes em cursos e seminários;<br>• Mediar as propostas e interesses pedagógicos do corpo docente. | • Planejamento pedagógico nas coordenações;<br>• Discussão de temas e problemáticas relevantes nas coordenações, especialmente na coordenação coletiva (quarta-feira);<br>• Estudo e debates acerca dos documentos que norteiam o trabalho pedagógico da SEEDF: Currículo em Movimento, PPP Carlos Mota, Diretrizes Avaliativas, etc.<br>• Aproveitamento das ideias trazidas de cursos como PNAIC e outros na organização do trabalho escolar e inovações para facilitação da aprendizagem.<br>• Atendimento de mães, pais e responsáveis em dia e horário específico.<br>• Incentivo aos docentes na participação de cursos oferecidos pela EAPE, e outras organizações públicas e privadas. | • Equipe gestora;<br>• Professoras e professores;<br>• Orientação educacional;<br>• Mães, pais e famílias da comunidade escolar.<br>• Realização de palestras | • Professoras e professores, alunas e alunos dos Anos Iniciais. | • Todo o ano letivo. | • Nas coordenações coletivas;<br>• Nos conselhos de classe;<br>• Nas reuniões de mães e pais. |

COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE CEILÂNDIA
CEF PROFª MARIA DO ROSÁRIO GONDIM SILVA

## Plano de Ação/Organização do Trabalho Pedagógico da Coordenação Pedagógica dos Anos Finais – 2018

| OBJETIVOS ESPECÍFICOS | AÇÕES/ ESTRATÉGIAS | PARCERIAS ENVOLVIDAS NAS AÇÕES | PÚBLICO | CRONOGRAMA | AVALIAÇÃO DAS AÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|
| • Orientar as ações pedagógicas do cotidiano escolar;<br>• Propor meios, formas e projetos para sanar as dificuldades diagnosticadas no corpo discente;<br>• Mediar as propostas e interesses pedagógicos do corpo docente. | • Planejamento pedagógico nas coordenações;<br>• Discussão de tremas e problemáticas relevantes nas coordenações, especialmente na coordenação coletiva (quarta-feira);<br>• Estudo e debates acerca dos documentos que norteiam o trabalho pedagógico da SEEDF: Currículo em Movimento, PPP Carlos Mota, Diretrizes Avaliativas, etc.<br>• Atendimento de mães, pais e responsáveis em dia e horário específico. | • Equipe gestora;<br>• Professoras e professores;<br>• Orientação educacional;<br>• Mães, pais e famílias da comunidade escolar. | • Alunas e alunos dos Anos Finais. | • Todo o ano letivo. | • Nas coordenações coletivas;<br>• Nos conselhos de classe;<br>• Nas reuniões de mães e pais. |

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
Coordenação de Políticas Educacionais Transversais
Diretoria de Serviços e Projetos Especiais de Ensino
Gerência de Orientação Educacional e Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem
Coordenação Regional de Ensino - Ceilândia

# Plano de Ação 2018
# Serviço de Orientação Educacional - SOE

| | |
|---|---|
| **CRE:** Ceilândia | |
| **Unidade Escolar:** Centro de Ensino Fundamental Professora Maria do Rosário Gondin da Silva – CEF PMRGS<br>**Telefone:** (61) 3901-6813 | |
| **Orientador (a) Educacional:** Hivana Nogueira Sampaio | **Matrícula SEEDF:** 212.864-0 |
| **E-mail:** hivana.sampaio@edu.se.df.gov.br | **Celular:** 984729280 |
| **Turno(s) de atendimento:** Matutino e Vespertino | |

**Diagnóstico inicial**

A escola foi fundada em 22 de julho de 1975, recebendo o nome de Centro de Ensino Nº. 08, reconhecido oficialmente sob a Autorização Nº. 30322. Localiza-se em área urbana, à EQNN 21/23, Área Especial, Ceilândia Oeste - Ceilândia-DF.

No dia 07 de outubro de 1985 a professora Maria do Rosário Gondim da Silva, de 28 anos, foi assassinada na parada de ônibus próxima à escola, após reagir a um assalto. O jornal Correio Brasiliense, de 09 de outubro de 1985, relata que na mesma noite do crime o secretário de educação do Distrito Federal Pompeu de Souza baixou uma portaria decretando luto oficial por três dias, recomendando que as professoras e os professores de cursos a partir da então 5ª série do Ensino Fundamental fizessem exposições sobre as causas da violência urbana e também sobre a necessidade de uma política social mais justa como forma de atenuar esse problema. Nessa portaria, o Centro de Ensino Nº. 08, onde estava lotada a professora, passou a ser denominado “Centro Escolar Professora Maria do Rosário Gondim da Silva, trabalhadora mártir da educação no DF”.

Atualmente atende a cerca de 835 estudantes da Educação Básica, nos turnos matutino e vespertino, distribuídas e distribuídos entre os Anos Iniciais (327 alunos e alunas do 2º ao 5º anos) e Anos Finais do Ensino Fundamental ( 508 alunos e alunas do 6º e 7º anos). Embora a comunidade local ainda enfrente vários problemas relacionados à falta de segurança e à criminalidade, pode-se perceber, ao traçar um comparativo histórico, que a convivência escolar tem alcançado avanços por meio de projetos de intervenção eficazes.

As alunas e os alunos atendidas(os) pelo CEF PMRGS são oriundas e oriundos dos bairros Ceilândia Oeste, QNQ, QNR, Sol Nascente, Setor de Chácaras, dentre outros bairros e da cidade de Águas Lindas - GO. Algumas alunas e alguns alunos que residem em setores distantes são beneficiadas e beneficiados pelo Programa de Transporte Cedido da SEE/DF ou pelo Programa Passe Livre do GDF.

As condições socioeconômicas de muitas famílias são precárias, o que influencia diretamente na aquisição de materiais escolares e investimento em atividades extraclasse. Entretanto, pode-se contar com o apoio de famílias compromissadas com o bom andamento dos estudos das filhas e dos filhos, que participam ativamente dos eventos escolares e empregam o apoio necessário ao processo pedagógico desenvolvido na instituição. Essa parceria tem incentivado a melhoria na qualidade da relação entre a escola e a família, colaborando para a ampliação da qualidade do processo educativo.

As barreiras ao processo educativo apontadas pelo Projeto Político Pedagógico da escola incluem a pouca participação dos pais na vida escolar de seus filhos, dificuldades acentuadas no processo de aquisição de leitura e escrita, das operações matemáticas e da aprendizagem em geral por parte de alguns alunos, resistência da comunidade em adotar posturas sustentáveis e altos índices de criminalidade e violência na região.

A instituição possui estrutura de Centro de Ensino Fundamental - CEF, cujo projeto arquitetônico foi planejado para atender a alunas e alunos apenas dos Anos Finais do Ensino Fundamental. No decorrer do tempo, porém, para atender à demanda da comunidade local, a escola passou a atender também a estudantes dos Anos Iniciais. Esse fator tem gerado dificuldades de ordem operacional nos espaços físicos destinados às atividades lúdicas e recreativas, que vêm sendo gradativamente superadas com as reformas para adequação da estrutura física.

## PLANO DE AÇÃO EQUIPE ESPECIALIZADA DE APOIO À APRENDIZAGEM – EEAA - 2018

| DIMENSÕES DE ATUAÇÃO | PDE/META | OBJETIVOS | AÇÕES | RESPONSÁVEIS | CRONOGRAMA | AVALIAÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1- Mapeamento Institucional | **Meta 2: Garantir o acesso universal, assegurando a permanência e a aprendizagem dos estudantes a partir dos 6 anos de idade, ao ensino fundamental de 9 anos, assegurando, também, a conclusão dessa etapa até os 14 anos de idade ou até o último ano de vigência deste Plano.**<br><br>**2.14** – Reorganizar, por meio de amplo debate com os profissionais da educação, o trabalho pedagógico, buscando melhorar a qualidade da educação.<br><br>**2.54** – | Mapear a unidade escolar a partir da análise institucional das várias dimensões nelas existentes, de modo a considerar aquelas que são promotoras de sucesso e/ou fracasso no âmbito do espaço escolar. | Analise do PPP da escola;<br>Pesquisa da história da escola;<br>Análise do espaço físico da escola e seu impacto no processo de ensino-aprendizagem;<br>Análise da conjuntura e contexto social em que a escola está inserida;<br>Fazer reunião (entrevista informal) com cada professor, buscando trazer as potencialidades e dificuldades de atuação docente.<br>Fazer reunião (entrevista informal) com os professores, buscando identificar estudantes com frequência | Responsável: SOE<br><br>Envolvidos: Equipe Gestora, Secretaria, AEE, Coordenação Pedagógica, EEAA e demais servidores. | Primeiro bimestre, com possíveis atualizações durante todo o ano letivo.<br><br>Março/abril - Leitura e Categorização de Relatórios e histórico dos estudantes; Entrevistas com professores, coordenação e gestão;<br><br>Participação dos espaços / tempos da unidade escolar, durante todo o ano letivo. | Autoavaliação pela escola a ser realizada ao longo do ano letivo, tendo como referência seu Projeto Político-Pedagógico, por meio de procedimentos/instrumentos por ela construídos, tais como: fichas, questionários, reuniões, assembleias, plenárias, entre outros;<br><br>Análise dos instrumentos/ registros dos Conselhos de Classe (fichas/atas). E, no caso dos Conselhos Participativos, a avaliação dos estudantes por meio de instrumento próprio. |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Desenvolver mecanismos democráticos para elaboração, acompanhamento e avaliação dos projetos político-pedagógicos das unidades escolares.<br><br>**Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias do IDEB para o Distrito Federal, em todas os anos de vigência deste Plano, dando uniformidade aos processos de avaliação das escolas.**<br><br>**7.23** – Induzir o processo contínuo de autoavaliação | | irregular;<br>Levantar as queixas mais frequentes dos profissionais.<br><br>Participar dos espaços/tempos coletivos das unidades escolares, quando possível.<br><br>Análise do quantitativo de estudantes que ficaram em três ou mais matérias a partir do final do segundo bimestre. | | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | das escolas da educação básica.<br><br>**7.29** – Garantir meios e instrumentos de multiplicação dos bons projetos desenvolvidos pelos profissionais de educação da rede pública de ensino, valorizando estes profissionais e fortalecendo a qualidade da educação. | | | | | |

| DIMENSÕES DE ATUAÇÃO | PDE/META | OBJETIVOS | AÇÕES | RESPONSÁVEIS | CRONOGRAMA | AVALIAÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 2- Assessoria ao trabalho coletivo | **Meta 2: Garantir o acesso universal, assegurando a permanência e a aprendizagem dos estudantes a partir dos 6 anos de idade, ao ensino fundamental de 9 anos,** | Intervir, institucionalmente, junto à unidade escolar na conscientização dos processos educativos no que se refere aos seus avanços, compreendidos como ações pedagógicas bem | Discutir acerca das concepções e práticas pedagógicas da unidade escolar; Participar das atividades coletivas: oficinas, conselhos de classe, | . Responsável: SOE<br><br>Envolvidos: Equipe Gestora, Secretaria, AEE, Coordenação Pedagógica, EEAA, Professores, demais servidores. | Durante o ano letivo, observados os cronogramas:<br><br>-Dos Conselhos de Classe;<br><br>-Das Coordenações Coletivas das quartas-feiras | Análise dos resultados gerais das notas dos estudantes por bimestre (dados de recuperação, evasão, frequência).<br><br>Análise das respostas de instrumentos |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **assegurando, também, a conclusão dessa etapa até os 14 anos de idade até o último ano de vigência deste Plano.**<br><br>**2.14** – Reorganizar, por meio de amplo debate com os profissionais da educação, o trabalho pedagógico, buscando melhorar a qualidade da educação.<br><br>**2.30** – Ampliar as ações do Plano de Convivência em todas as unidades escolares do Distrito Federal, com vistas a minimizar situações de violência escolar.<br><br>**2.35** – Fomentar ações pedagógicas que promovam a transição entre as etapas da | sucedidas e/ou desafios a serem superados mediante a ação coletiva. | coordenação coletiva, reuniões, vivências, dentre outras;<br>Contribuir com a formação continuada dos profissionais da escola com a organização de momentos de reflexão, oficinas e formações.<br>Promover palestras e debates com as famílias e os estudantes sobre temas transversais e de acordo com as demandas da EU. | | | elaborados especificamente para as atividades indicadas, quais sejam: oficinas, rodas, reuniões, etc.<br><br>Análise de mudanças práticas, a partir das reflexões realizadas nas formações. |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | educação básica e as fases do ensino fundamental e que gerem debates e avaliações entre os profissionais da educação sobre a organização escolar em ciclos e a organização do trabalho pedagógico, buscando melhorar a qualidade da educação.<br><br>**Meta 5: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do ensino fundamental.**<br><br>**5.8** – Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas | | | | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | inovadoras no que concerne ao processo de ensino, de aprendizagem e de avaliação, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* e ações de formação continuada de professores para a alfabetização.<br><br>**5.12** – Garantir pleno funcionamento do SOE, em todas as unidades escolares, progressivamente, em até 5 anos de vigência deste plano.<br><br>**Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da** | | | | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **aprendizagem de modo a atingir as médias do IDEB para o Distrito Federal, em todas os anos de vigência deste Plano, dando uniformidade aos processos de avaliação das escolas.**<br><br>**7.7** – Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à formação dos profissionais de educação para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a | | | | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.<br><br>**7.13** – Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal e as experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.<br><br>**7.16** – Estabelecer ações efetivas, especificamente voltadas a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, | | | | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional. | | | | | |

| DIMENSÕES DE ATUAÇÃO | PDE/META | OBJETIVOS | AÇÕES | RESPONSÁVEIS | CRONOGRAMA | AVALIAÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3- Acompanhamento do Processo de Ensino-Aprendizagem | **Meta 2: Garantir o acesso universal, assegurando a permanência e a aprendizagem dos estudantes a partir dos 6 anos de idade, ao ensino fundamental de 9 anos, assegurando, também, a conclusão dessa etapa até os 14 anos de idade até o último ano de vigência deste Plano.**<br><br>**2.12** – Criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos do ensino fundamental, atentando para as especificidades do estudante de forma a garantir a qualidade do | Colaborar para a promoção da melhoria do desempenho de todos os estudantes da unidade escolar a partir de uma perspectiva institucional. | Acolher e discutir as queixas escolares;<br>Realizar observações e outros procedimentos de pesquisa da dinâmica de sala de aula e de outros contextos educativos;<br>Participar de estudos de caso;<br>Encaminhar para as redes de apoio e serviços;<br>Realizar reuniões com responsáveis logo após os resultados do 2º bimestre:<br>Encontros com responsáveis pelos estudantes que tenham ficado em recuperação em 3 ou mais disciplinas;<br>Participar de ativi- | . Responsável: SOE<br><br>Envolvidos: Equipe gestora, Familiares, Coordenação pedagógica, Estudantes, EEAAe AEE. | Acompanhamento dos estudantes, acolhimentos das queixas escolares e observações em sala de aula: a partir do 2º bimestre<br><br>Atividades da transição (do 5º p/ 0 6º) no 4º bimestre;<br><br>Encontros com os responsáveis:<br><br>- após encerramento do 2º bimestre e quando se fizer necessário.<br><br>Atividades comemorativas: de acordo com calendário da escola | Análise dos boletins dos estudantes que tenham sido acompanhados durante o bimestre.<br><br>Autoavaliação dos estudantes acompanhados.<br><br>Feed back, mediante encontros presenciais, com as famílias para análise da situação dos estudantes acompanhados.<br><br>Feedback, mediante encontros presenciais, com os profissionais (gestores, professores, orientadores) para análise do trabalho institucional e/ou individual. |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | atendimento.<br><br>**2.18** – Fortalecer, em articulação com os demais órgãos da rede de proteção social, o acompanhamento e monitoramento do acesso e da permanência das crianças e dos adolescentes matriculados no ensino fundamental, priorizando as populações em peculiar situação de risco e ou vulnerabilidade.<br><br>**2.20** – Garantir que as unidades escolares de ensino fundamental, no exercício de suas atribuições no âmbito da rede de proteção social, desenvolvam ações com foco na prevenção, na detecção e no encaminhamento das violações de direitos de | | dades pedagógicas comemorativas, como a Semana de Educação para a vida, Semana da Inclusão, Festa Junina, Semana da Consciência Negra, entre outras;<br>Acompanhar o processo de transição dos alunos do sexto ano (saída dos anos iniciais). | | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | crianças e adolescentes (violência psicológica, física e sexual, negligência, constrangimento, exploração do trabalho infanto-juvenil, uso indevido de drogas e todas as formas de discriminação), por meio da inserção dessas temáticas no projeto político-pedagógico e no cotidiano escolar, identificando, notificando e encaminhando os casos aos órgãos competentes.<br><br>**2.23** – Promover ações de prevenção e enfrentamento à medicalização indevida da educação e da sociedade, buscando entender e intervir em diferentes fatores | | | | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | sociais, políticos, econômicos, pedagógicos e psicológicos que impliquem sofrimento de estudantes e profissionais da educação.<br><br>**2.30** – Ampliar as ações do Plano de Convivência em todas as unidades escolares do Distrito Federal, com vistas a minimizar situações de violência escolar.<br><br>**2.35** – Fomentar ações pedagógicas que promovam a transição entre as etapas da educação básica e as fases do ensino fundamental e que gerem debates e avaliações entre os profissionais da educação sobre a organização escolar em ciclos e a organização | | | | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | do trabalho pedagógico, buscando melhorar a qualidade da educação.<br><br>**2.47** – Implementar políticas de prevenção à evasão escolar motivada por preconceito e discriminação racial, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.<br><br>**2.50** – Fomentar a formação continuada de profissionais (pedagogos orientadores) que atuem no SOE. | | | | | |

## AÇÃO ARTICULADA DOS SERVIÇOS DE APOIO (AEE – EEAA – SOE) - 2018

| OBJETIVOS | AÇÕES | RESPONSÁVEIS | CRONOGRAMA | AVALIAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| Envolver os serviços de apoio (AEE – SOE – SEAA) de forma integrada com vistas ao desenvolvimento global dos trabalhos na U.E;<br><br>Possibilitar a U.E uma maior interação dos professores com os serviços de apoio;<br><br>Auxiliar a U.E no projeto de transição dos estudantes;<br><br>Conscientizar a comunidade escolar acerca da inclusão de todos os tipos (deficiência, gênero, raça, sexo, classe social...);<br><br>Desenvolver formações de acordo com as necessidades do corpo docente. | Participação em reuniões de pais, conselhos de classe e estudos de caso;<br><br>Convocação de pais para reuniões especificas relacionadas às queixas e demandas escolares;<br><br>Participação nas coletivas contribuindo para o desenvolvimento pedagógico da U.E.<br><br>Apoio na construção do PPP;<br><br>Realização de encaminhamentos, quando necessário, a outras instituições de apoio.<br><br>Desenvolver ações e projetos que visem trabalhar a inclusão de todos os tipos, tais como, semana na inclusão, dia da pessoa com deficiência e outras ações e projetos no decorrer do ano letivo que visem trabalhar os temas.<br><br>Promoção de palestras | AEE – SOE – EEAA e U.E | Ano letivo de 2018 | Processual e continua diante das ações estabelecidas, reformulando quando se fizer necessário. |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | para comunidade escolar com temas e necessidades relevantes a U.E ( respeito, disciplina, prevenção ao uso de drogas, criminalidades, bullying, meio ambiente, inclusão e outros temas);<br><br>Realizar projeto de transição do 5º para o 6º ano;<br><br>Auxiliar a U.E no projeto de transição dos estudantes nos ciclos;<br><br>Fazer levantamento de demandas e possíveis formações junto ao corpo docente.<br><br>Reunião com pais dos estudantes TFE, ANEE, e estudantes que ficaram em 3 ou mais matérias, após os resultados do 2º bimestre. | | | |

***Orientador (a)Educacional Responsável***
***Matrícula/ Assinatura com carimbo***

_____

***Gestor/ matrícula***
***Assinatura com carimbo***

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**
**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**
**COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE CEILÂNDIA**

CEF PROFª MARIA DO ROSÁRIO GONDIM SILVA

## Plano de Ação/Organização do Trabalho Pedagógico do Serviço da Sala de Recursos – 2018

| AÇÃO DO AEE – SALA DE RECURSOS 2018 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **OBJETIVOS ESPECÍFICOS** | **METAS** | **AÇÕES** | **AVALIAÇÃO DAS AÇÕES** | **CRONOGRAMA** | **RESPONSÁVEIS E (OU) INTERLOCUTORES** |
| -Elaborar e executar o plano de AEE, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos educacionais e de acessibilidade.<br><br>-Identificar as necessidades e habilidades dos educandos com deficiência e necessidades especiais; | - Espera-se que os educadores desenvolvam a solidariedade e flexibilidade para responder aos desafios de apoiarem os alunos PNEs na participação da escola, com o compromisso de fazer o ensino inclusivo acontecer com espontaneidade, trabalhando em equipes, | - As ações serão realizadas pelo um trabalho pedagógico interdisciplinar, com o apoio oferecido pelo professor da sala regular, pelo professor da sala de recursos e pelos demais profissionais.<br><br>- A ação é norteada pelo Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), documento | - A avaliação ocorrerá em reuniões pedagógicas envolvendo a equipe do AEE.<br><br>- A proposta será por meio de registros e anotações diárias do professor, relatórios e arquivos de atividades dos alunos, adequações | - Durante todo o ano letivo de 2018, e adequações bimestrais, e se houver avaliações e necessidades específicas que surgirem no decorrer do ano, conforme observações e metas pre-estabelecidas. | - Os professores da Sala de Recursos;<br><br>- Professores Regentes;<br><br>- Os Coordenadores Escolares;<br><br>- Supervisão Escolar;<br><br>- Direção Escolar;<br><br>- Equipes de apoio e aprendizagem – SOE e SEAA<br><br>- Em especial a |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| - Pesquisar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos de acessibilidade e estratégias, considerando as necessidades específicas dos estudantes para construir o plano de atendimento individualizado;<br><br>- Trabalhar em parceria com cuidadores educacionais, professores da sala regular, coordenação, gestão, equipe multifuncional e família dos educandos.<br><br>Conforme o Decreto 6.571 de | desenvolvendo novas habilidades e promovendo uma educação de qualidade a todos os alunos.<br><br>Que os nossos alunos PNEs possam ter uma melhor integração e participação nos espaços da escola, como frequentar a biblioteca, participar do projeto da escola como o **Intervalo Dirigido**, em que são oferecidos diversos jogos e atividades durante o intervalo, com o objetivo de uma maior socialização e interação entre eles, diminuindo assim o bullying e o preconceito, a participação dos | elaborado do Atendimento Educacional Especializado com o apoio do coordenador pedagógico da unidade escolar. Este documento é para o registro da avaliação do aluno e o plano de intervenção pedagógica especializado que será desenvolvido pelo professor da Sala de Recursos, é constituído de duas partes, sendo a primeira destinada a informes e avaliação e a segunda voltada para a proposta de intervenção. São assim denominadas: | necessárias em que os dados serão relacionados, impressões significativas sobre o cotidiano do ensino e aprendizagem.<br><br>- Para a sala de recursos, a avaliação faz parte do seu plano de trabalho que, a fim de elaborar o planejamento para o aluno, precisa identificar quais são os elementos facilitadores e as barreiras que estão dificultando a aprendizagem do aluno, na escola, e na sala de aula.<br><br>- Avalia-se também as necessidades educacionais | | família. |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 17 de setembro de 2008, os objetivos do AEE são:<br><br>I - Prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos no Artigo 1º,<br><br>II - Garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular<br><br>III – Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem e<br><br>IV – Assegurar condições para a | nossos alunos no projeto **Leitor de Ouro,** no incentivo da leitura e melhores produções textuais. Outra participação dos alunos é na sala de informática para que possam usar como um meio atrativo na construção de conhecimentos, criação de projetos educativos e assimilação e fixação de conteúdos transmitidos. Todo esse trabalho é voltado para o desenvolvimento dos alunos PNEs, na cooperação, interatividade, interdisciplinariedade e autonomia, acompanhado pela equipe pedagógica, | Parte I – informações e Avaliação do aluno e Parte II – Plano Pedagógico Especializado. Os dados que compõe o PDI serão coletados pelo professor no momento em que realizar o estudo de caso de cada aluno a ser atendido na Sala de Recursos. Tal estudo pode ser desenvolvido individualmente pelo professor especializado ou coletivamente, com a participação do orientador pedagógico ou os profissionais da escola.<br><br>- Terá como base as diferentes fontes de | especiais vinculadas ao próprio aluno, as quais dificultam ou impedem que a sua aprendizagem ocorra, como problemas visuais, auditivos, motores, emocionais, físicos, etc. A partir dos dados coletados no processo de avaliação, o professor da sala de recursos irá elaborar e desenvolver o PDI, que tem como objetivo atender às necessidades de cada aluno, de forma a superar ou compensar as barreiras de aprendizagem diagnosticadas, tanto no âmbito da | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| continuidade de estudos nos demais níveis de ensino.<br><br>- Perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos valorizando a educação inclusiva.<br><br>- Compreender o aluno com necessidade específica, assim como demais alunos, como parte de toda a escola;<br><br>- Flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem, | com a parceria dos professores da turma, familiares e gestão, para o melhor atendimento dos nossos alunos especiais. | dados: entrevista com os pais, laudos médicos, relatórios profissionais, registros das adequações, etc. | escola, sala de aula e família e do próprio aluno. | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| respeitando as individualidades dos alunos;<br><br>-Avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais específicas.<br><br>- O professor da sala de recursos tem como objetivo:<br><br>- Organizar, zelar pelos seus materiais;<br><br>-Entrevistar as famílias dos alunos, esclarecer a importância do atendimento;<br><br>- Acompanhar, | | | | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| planejar e disponibilizar fichas de adequações aos professores da classe regular para os alunos do atendimento.<br><br>-Atuar em equipe, participar das formações, atender os alunos individualmente ou em grupos em contra turno, dando complemento na ação pedagógica destes alunos. | | | | | |

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
Coordenação de Políticas Educacionais Transversais
Diretoria de Serviços e Projetos Especiais de Ensino
Gerência de Orientação Educacional e Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem
Coordenação Regional de Ensino - Ceilândia

# Plano de Ação 2018
# Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem - EEAA

| | | |
|---|---|---|
| **CRE:** Ceilândia | | |
| **Unidade Escolar:** Centro de Ensino Fundamental Professora Maria do Rosário Gondin da Silva – CEF PMRGS<br>**Telefone:** (61) 3901-6813 | | |
| **Psicólogo responsável:** Nanna Carolina Vieira Amarante | **Matrícula SEEDF:** 239963-6 | **CRP:** 01/19953 |
| **E-mail:** nanna.carolina@edu.se.df.gov.br | | **Celular:** (61) 98488-5893 |
| **Turno(s) de atendimento:** Segundas-feiras (Vespertino), Terças-feiras (Matutino e Vespertino) | | |
| **Pedagogo responsável:** Renata Liziane Passos | **Matrícula SEEDF:** 219417-1 | |
| **E-mail:** renata.passos1@edu.se.df.gov.br | | **Celular:** (61) 99687-7119 |
| **Turno(s) de atendimento:** Vespertino e Matutino | | |

**Diagnóstico inicial**

A escola foi fundada em 22 de julho de 1975, recebendo o nome de Centro de Ensino Nº. 08, reconhecido oficialmente sob a Autorização Nº. 30322. Localiza-se em área urbana, à EQNN 21/23, Área Especial, Ceilândia Oeste - Ceilândia-DF.

No dia 07 de outubro de 1985 a professora Maria do Rosário Gondim da Silva, de 28 anos, foi assassinada na parada de

ônibus próxima à escola, após reagir a um assalto. O jornal Correio Brasiliense, de 09 de outubro de 1985, relata que na mesma noite do crime o secretário de educação do Distrito Federal Pompeu de Souza baixou uma portaria decretando luto oficial por três dias, recomendando que as professoras e os professores de cursos a partir da então 5ª série do Ensino Fundamental fizessem exposições sobre as causas da violência urbana e também sobre a necessidade de uma política social mais justa como forma de atenuar esse problema. Nessa portaria, o Centro de Ensino Nº. 08, onde estava lotada a professora, passou a ser denominado “Centro Escolar Professora Maria do Rosário Gondim da Silva, trabalhadora mártir da educação no DF”.

Atualmente atende a cerca de 835 estudantes da Educação Básica, nos turnos matutino e vespertino, distribuídas e distribuídos entre os Anos Iniciais (327 alunos e alunas do 2º ao 5º anos) e Anos Finais do Ensino Fundamental ( 508 alunos e alunas do 6º e 7º anos). Embora a comunidade local ainda enfrente vários problemas relacionados à falta de segurança e à criminalidade, pode-se perceber, ao traçar um comparativo histórico, que a convivência escolar tem alcançado avanços por meio de projetos de intervenção eficazes.

As alunas e os alunos atendidas(os) pelo CEF PMRGS são oriundas e oriundos dos bairros Ceilândia Oeste, QNQ, QNR, Sol Nascente, Setor de Chácaras, dentre outros bairros e da cidade de Águas Lindas - GO. Algumas alunas e alguns alunos que residem em setores distantes são beneficiadas e beneficiados pelo Programa de Transporte Cedido da SEE/DF ou pelo Programa Passe Livre do GDF.

As condições socioeconômicas de muitas famílias são precárias, o que influencia diretamente na aquisição de materiais escolares e investimento em atividades extraclasse. Entretanto, pode-se contar com o apoio de famílias compromissadas com o bom andamento dos estudos das filhas e dos filhos, que participam ativamente dos eventos escolares e empregam o apoio necessário ao processo pedagógico desenvolvido na instituição. Essa parceria tem incentivado a melhoria na qualidade da relação entre a escola e a família, colaborando para a ampliação da qualidade do

processo educativo.

As barreiras ao processo educativo apontadas pelo Projeto Político Pedagógico da escola incluem a pouca participação dos pais na vida escolar de seus filhos, dificuldades acentuadas no processo de aquisição de leitura e escrita, das operações matemáticas e da aprendizagem em geral por parte de alguns alunos, resistência da comunidade em adotar posturas sustentáveis e altos índices de criminalidade e violência na região.

A instituição possui estrutura de Centro de Ensino Fundamental - CEF, cujo projeto arquitetônico foi planejado para atender a alunas e alunos apenas dos Anos Finais do Ensino Fundamental. No decorrer do tempo, porém, para atender à demanda da comunidade local, a escola passou a atender também a estudantes dos Anos Iniciais. Esse fator tem gerado dificuldades de ordem operacional nos espaços físicos destinados às atividades lúdicas e recreativas, que vêm sendo gradativamente superadas com as reformas para adequação da estrutura física.

| PLANO DE AÇÃO EQUIPE ESPECIALIZADA DE APOIO À APRENDIZAGEM – EEAA - 2018 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **DIMENSÕES DE ATUAÇÃO** | **PDE/META** | **OBJETIVOS** | **AÇÕES** | **RESPONSÁVEIS** | **CRONOGRAMA** | **AVALIAÇÃO** |
| 1- Mapeamento Institucional | **Meta 2: Garantir o acesso universal, assegurando a permanência e a aprendizagem dos estudantes a partir dos 6 anos de idade, ao ensino fundamental de 9 anos, assegurando, também, a conclusão dessa etapa até os 14 anos de idade ou até o último ano de vigência deste Plano.**<br><br>**2.14** – Reorganizar, por meio de amplo debate com os profissionais da educação, o trabalho pedagógico, buscando melhorar a | Mapear a unidade escolar a partir da análise institucional das várias dimensões nelas existentes, de modo a considerar aquelas que são promotoras de sucesso e/ou fracasso no âmbito do espaço escolar. | Analise do PPP da escola;<br>Pesquisa da história da escola;<br>Análise do espaço físico da escola e seu impacto no processo de ensino-aprendizagem;<br>Análise da conjuntura e contexto social em que a escola está inserida;<br>Levantar dados dos estudantes com Transtornos Funcionais, Deficiências, Dificuldades de Aprendizagem e Retidos.<br>Ler e categorizar os relatórios, indicando e priorizando os que | Responsável: EEAA<br><br>Envolvidos: Equipe Gestora, Secretaria, AEE, Coordenação Pedagógica, SOE e demais servidores. | Primeiro bimestre, com possíveis atualizações durante todo o ano letivo.<br><br>Março/abril - Leitura e Categorização de Relatórios e histórico dos estudantes;<br><br>Abril – Entrevistas com professores, coordenação e gestão;<br><br>Participação dos espaços / tempos da unidade escolar, durante todo o ano letivo. | Autoavaliação pela escola a ser realizada ao longo do ano letivo, tendo como referência seu Projeto Político-Pedagógico, por meio de procedimentos/instrumentos por ela construídos, tais como: fichas, questionários, reuniões, assembleias, plenárias, entre outros;<br><br>Análise dos instrumentos/ registros dos Conselhos de Classe (fichas/atas). E, no caso dos Conselhos Participativos, a avaliação dos estudantes por meio de instrumento |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | qualidade da educação.<br><br>**2.54** – Desenvolver mecanismos democráticos para elaboração, acompanhamento e avaliação dos projetos político-pedagógicos das unidades escolares.<br><br>**Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias do IDEB para o Distrito Federal, em todas os anos de vigência deste Plano, dando uniformidade aos processos de avaliação das escolas.** | | precisam ser revistos.<br>Fazer reunião (entrevista informal) com cada professor, buscando trazer as potencialidades e dificuldades de atuação docente.<br>Fazer reunião (entrevista informal) com cada professor, buscando identificar estudantes com dificuldades de aprendizagem;<br>Levantar as queixas mais frequentes dos profissionais.<br><br>Participar dos espaços/tempos coletivos das unidades escolares, quando possível.<br><br>Análise do quantitativo de estudantes que ficaram em três ou mais matérias a | | | próprio. |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **7.20** – Definir, após discussão com os atores envolvidos, os direitos e os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para cada ano-período ou ciclo do ensino fundamental e para cada ano ou período do ensino médio, considerando o currículo em desenvolvimento no sistema de ensino do Distrito Federal.<br><br>**7.21** – Definir percentuais por período a serem alcançados em relação aos direitos e aos objetivos da aprendizagem.<br><br>**7.23** – Induzir o processo contínuo de autoavaliação das escolas da educação básica.<br><br>**7.29** – Garantir meios e | | partir do final do segundo bimestre. | | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | instrumentos de multiplicação dos bons projetos desenvolvidos pelos profissionais de educação da rede pública de ensino, valorizando estes profissionais e fortalecendo a qualidade da educação. | | | | | |

| DIMENSÕES DE ATUAÇÃO | PDE/META | OBJETIVOS | AÇÕES | RESPONSÁVEIS | CRONOGRAMA | AVALIAÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 2- Assessoria ao trabalho coletivo | **Meta 2: Garantir o acesso universal, assegurando a permanência e a aprendizagem dos estudantes a partir dos 6 anos de idade, ao ensino fundamental de 9 anos,** | Intervir, institucionalmente, junto à unidade escolar na conscientização dos processos educativos no que se refere aos seus avanços, compreendidos como ações pedagógicas bem | Discutir acerca das concepções e práticas pedagógicas da unidade escolar; Participar das atividades coletivas: oficinas, conselhos de classe, coordenação | . Responsável: EEAA<br><br>Envolvidos: Equipe Gestora, Secretaria, AEE, Coordenação Pedagógica, SOE, Professores, demais servidores. | Durante o ano letivo, observados os cronogramas:<br><br>-Dos Conselhos de Classe;<br><br>-Das Coordenações Coletivas das quartas-feiras<br><br>-Dos encontros das segundas-feiras | Análise dos resultados gerais das notas dos estudantes por bimestre (dados de recuperação, evasão, frequência).<br><br>Análise das respostas de instrumentos |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **assegurando, também, a conclusão dessa etapa até os 14 anos de idade até o último ano de vigência deste Plano.**<br><br>**2.14** – Reorganizar, por meio de amplo debate com os profissionais da educação, o trabalho pedagógico, buscando melhorar a qualidade da educação.<br><br>**2.30** – Ampliar as ações do Plano de Convivência em todas as unidades escolares do Distrito Federal, com vistas a minimizar situações de violência escolar.<br><br>**2.35** – Fomentar ações pedagógicas que promovam a transição entre as etapas da | sucedidas e/ou desafios a serem superados mediante a ação coletiva. | coletiva, reuniões, vivências, dentre outras;<br>Contribuir com a formação continuada dos profissionais da escola com a organização de momentos de reflexão, oficinas e formações. | | das escolas mistas. | elaborados especificamente para as atividades indicadas, quais sejam: oficinas, rodas, reuniões, etc.<br><br>Participação quantitativa nas atividades propostas.<br><br>Análise de mudanças práticas, a partir das reflexões realizadas nas formações. |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | educação básica e as fases do ensino fundamental e que gerem debates e avaliações entre os profissionais da educação sobre a organização escolar em ciclos e a organização do trabalho pedagógico, buscando melhorar a qualidade da educação.<br><br>**Meta 5: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do ensino fundamental.**<br><br>**5.3** – Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a | | | | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.<br><br>**5.6** – Estimular as unidades escolares à criação de seus respectivos instrumentos de avaliação e acompanhamento, considerando o sentido formativo da avaliação, implementando estratégias pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental.<br><br>**5.8** – Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e | | | | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | práticas pedagógicas inovadoras no que concerne ao processo de ensino, de aprendizagem e de avaliação, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* e ações de formação continuada de professores para a alfabetização.<br><br>**Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias do IDEB para o Distrito Federal, em todas os anos de vigência** | | | | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **deste Plano, dando uniformidade aos processos de avaliação das escolas.**<br><br>**7.7** – Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à formação dos profissionais de educação para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.<br><br>**7.13** – Mobilizar as famílias e | | | | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | setores da sociedade civil, articulando a educação formal e as experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.<br><br>**7.16** – Estabelecer ações efetivas, especificamente voltadas a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional. | | | | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **7.23** – Induzir o processo contínuo de autoavaliação das escolas da educação básica. | | | | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | |

| DIMENSÕES DE ATUAÇÃO | PDE/META | OBJETIVOS | AÇÕES | RESPONSÁVEIS | CRONOGRAMA | AVALIAÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3- Acompanhamento do Processo de Ensino-Aprendizagem | **Meta 2: Garantir o acesso universal, assegurando a permanência e a aprendizagem dos estudantes a partir dos 6 anos de idade, ao ensino fundamental de 9 anos, assegurando, também, a conclusão dessa etapa até os 14 anos de idade até o último ano de vigência** | Colaborar para a promoção da melhoria do desempenho de todos os estudantes da unidade escolar a partir de uma perspectiva institucional, demandando especial atenção aos estudantes com queixas escolares e Transtornos Funcionais Específicos- TFE. | Acolher e discutir as queixas escolares;<br>Realizar observações e outros procedimentos de pesquisa da dinâmica de sala de aula e de outros contextos educativos;<br>Trazer estratégias diferenciadas para os professores trabalharem com os estudantes que | . Responsável: EEAA<br><br>Envolvidos: Equipe gestora, Familiares, Coordenação pedagógica, Estudantes, SOE e AEE. | Acompanhamento dos estudantes, acolhimentos das queixas escolares e observações em sala de aula: a partir do 2º bimestre<br><br>Durante todos os bimestres, acompanhamento da aplicação das adaptações dos estudantes com TFE e, ao final do bimestre, recolhimento do material para | Acompanhamento da efetivação das estratégias propostas nas fichas de acompanhamento para os estudantes com TFE, alterando ou mantendo-as.<br><br>Análise dos boletins dos estudantes com TFE e outros que tenham sido acompanhados durante o bimestre.<br><br>Autoavaliação dos estudantes |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **deste Plano.**<br><br>**2.8** – Implantar estratégias de acompanhamento dos estudantes com necessidades educacionais especiais, transitórias ou não, estabelecendo o número de estudantes por sala de acordo com o disposto pela Resolução CNE/CEB nº 2, de 2001, garantindo profissional qualificado.<br><br>**2.12** – Criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos do ensino fundamental, atentando para as especificidades do estudante de forma a garantir a qualidade do atendimento.<br><br>**2.18** – Fortalecer, | | apresentam dificuldades de aprendizagem;<br>Fazer avaliação de estudantes para encaminhamentos necessários;<br>Promover estudos de caso;<br>Elaborar, distribuir e acompanhar material específico para a efetivação das adaptações curriculares para os estudantes com TFE;<br>Encaminhar para as redes de apoio e serviços;<br>Realizar reunião com os estudantes que tenham o diagnóstico de TFE, a fim de esclarecer a respeito do diagnóstico e refletir sobre possíveis estratégias para lidar com dificuldades que possam | | arquivo na documentação escolar;<br><br>Conversas com os estudantes com TFE: ao final de cada bimestre letivo (1º, 2º e 3º).<br><br>Atividades da transição (do 5º p/ 0 6º) no 4º bimestre;<br><br>Encontros com os responsáveis:<br><br>- após encerramento do 2º bimestre e quando se fizer necessário.<br><br>Atividades comemorativas: de acordo com calendário da escola | acompanhados.<br><br>Feed back, mediante encontros presenciais, com as famílias para análise da situação dos estudantes acompanhados.<br><br>Feedback, mediante encontros presenciais, com os profissionais (gestores, professores, orientadores) para análise do trabalho institucional e/ou individual. |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | em articulação com os demais órgãos da rede de proteção social, o acompanhamento e monitoramento do acesso e da permanência das crianças e dos adolescentes matriculados no ensino fundamental, priorizando as populações em peculiar situação de risco e ou vulnerabilidade.<br><br>**2.20** – Garantir que as unidades escolares de ensino fundamental, no exercício de suas atribuições no âmbito da rede de proteção social, desenvolvam ações com foco na prevenção, na detecção e no encaminhamento das violações de direitos de crianças e adolescentes (violência | | apresentar;<br>Realizar reuniões com responsáveis logo após os resultados do 2º bimestre:<br>- Encontros com responsáveis pelos alunos com transtornos;<br>- Encontros com responsáveis pelos estudantes que tenham ficado em recuperação em 3 ou mais disciplinas;<br>Participar de atividades pedagógicas comemorativas, como a Semana de Educação para a vida, Semana da Inclusão, Festa Junina, Semana da Consciência Negra, entre outras;<br>Acompanhar o processo de transição dos alunos do sexto ano (saída dos anos iniciais). | | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | psicológica, física e sexual, negligência, constrangimento, exploração do trabalho infanto-juvenil, uso indevido de drogas e todas as formas de discriminação), por meio da inserção dessas temáticas no projeto político-pedagógico e no cotidiano escolar, identificando, notificando e encaminhando os casos aos órgãos competentes.<br><br>**2.23** – Promover ações de prevenção e enfrentamento à medicalização indevida da educação e da sociedade, buscando entender e intervir em diferentes fatores sociais, políticos, econômicos, pedagógicos e | | | | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | psicológicos que impliquem sofrimento de estudantes e profissionais da educação.<br><br>**2.30** – Ampliar as ações do Plano de Convivência em todas as unidades escolares do Distrito Federal, com vistas a minimizar situações de violência escolar.<br><br>**2.35** – Fomentar ações pedagógicas que promovam a transição entre as etapas da educação básica e as fases do ensino fundamental e que gerem debates e avaliações entre os profissionais da educação sobre a organização escolar em ciclos e a organização do trabalho pedagógico, buscando | | | | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | melhorar a qualidade da educação.<br><br>**2.38** – Garantir o atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais transitórias ou não, segundo a Resolução CNE/CEB nº 2, de 2001, nas salas de apoio à aprendizagem, garantindo a presença de profissional responsável.<br><br>**Meta 4: Universalizar o atendimento educacional aos estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvi-mento, altas habilidades ou superdotação, com transtorno do déficit de atenção e hiperatividade –** | | | | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **TDAH, dislexia, discalculia, disortografia, disgrafia, dislalia, transtorno de conduta, distúrbio do processamento auditivo central – DPA(C) ou qualquer outro transtorno de aprendizagem, independentemente da idade, garantindo a inclusão na rede regular de ensino ou conveniada e o atendimento complementar ou exclusivo, quando necessário, nas unidades de ensino especializadas.**<br><br>**4.3** – Promover a articulação pedagógica em rede, envolvendo o atendimento no ensino regular na modalidade da educação especial | | | | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | na perspectiva da educação inclusiva.<br><br>**4.18** – Apoiar ações de enfrentamento à discriminação, ao preconceito e à violência, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional dos educandos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.<br><br>**4.23** – Propiciar condições educacionais para a continuidade da escolarização dos | | | | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | educandos com deficiência na educação de jovens e adultos, de forma a assegurar e estimular a educação ao longo da vida, observadas suas necessidades e especificidades, inclusive nas unidades especializadas.<br><br>**Meta 5: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do ensino fundamental.**<br><br>**5.3** – Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a | | | | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.<br><br>**5.6** – Estimular as unidades escolares à criação de seus respectivos instrumentos de avaliação e acompanhamento, considerando o sentido formativo da avaliação, implementando estratégias pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental. | | | | | |

| AÇÃO ARTICULADA DOS SERVIÇOS DE APOIO (AEE – SEAA – SOE) - 2018 | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **OBJETIVOS** | **AÇÕES** | **RESPONSÁVEIS** | **CRONOGRAMA** | **AVALIAÇÃO** |
| Envolver os serviços de apoio (AEE – SOE – SEAA) de forma integrada com vistas ao desenvolvimento global dos trabalhos na U.E;<br><br>Possibilitar a U.E uma maior interação dos professores com os serviços de apoio;<br><br>Auxiliar a U.E no projeto de transição dos estudantes;<br><br>Conscientizar a comunidade escolar acerca da inclusão de todos os tipos (deficiência, gênero, raça, sexo, classe social...);<br><br>Desenvolver formações de acordo com as necessidades do corpo docente. | Participação em reuniões de pais, conselhos de classe e estudos de caso;<br><br>Convocação de pais para reuniões especificas relacionadas às queixas e demandas escolares;<br><br>Participação nas coletivas contribuindo para o desenvolvimento pedagógico da U.E.<br><br>Apoio na construção do PPP;<br><br>Realização de encaminhamentos, quando necessário, a outras instituições de apoio.<br><br>Desenvolver ações e projetos que visem trabalhar a inclusão de todos os tipos, tais como, semana na inclusão, dia da pessoa com deficiência e outras ações e projetos no decorrer do ano letivo que visem | AEE – SOE – EEAA e U.E | Ano letivo de 2018 | Processual e continua diante das ações estabelecidas, reformulando quando se fizer necessário. |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | trabalhar os temas.<br><br>Promoção de palestras para comunidade escolar com temas e necessidades relevantes a U.E ( respeito, disciplina, prevenção ao uso de drogas, criminalidades, bullying, meio ambiente, inclusão e outros temas);<br><br>Realizar projeto de transição do 5º para o 6º ano;<br><br>Auxiliar a U.E no projeto de transição dos estudantes nos ciclos;<br><br>Fazer levantamento de demandas e possíveis formações junto ao corpo docente.<br><br>Reunião com pais dos estudantes TFE, ANEE, e estudantes que ficaram em 3 ou mais matérias, após os resultados do 2º bimestre. | | | |

***Pedagogo(s/as) Responsável(is)/matrícula(s)***
***Assinatura com carimbo***

_____

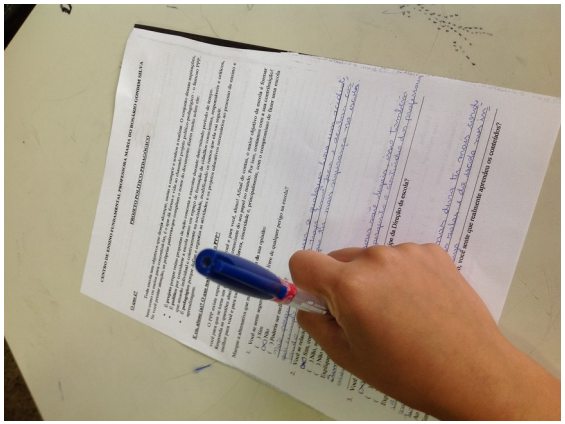
***Psicólogo(a) Responsável/matrícula***
***Assinatura com carimbo/CRP***

_____

***Gestor/ matrícula***
***Assinatura com carimbo***

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**
**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**
**COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE CEILÂNDIA**
**CEF PROFESSORA MARIA DO ROSÁRIO GONDIM SILVA**

## Momentos de Construção do PPP



COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE CELÂNDIA
CEF PROFESSORA MARIA DO ROSÁRIO GONDIM SILVA

# Projetos

INTERVALO DIRIGIDO

INTERVALO DIRIGIDO

INTERVALO DIRIGIDO

ESCOLA

BIBLIOTECA PARA TODAS E TODOS

HORTA ESCOLAR